



ARTHUR DANTAS ROCHA

**ECOLOGIA SOCIAL COMO CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E SUA APLICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS
BRASILEIRAS**

**INCONFIDENTES –MG
2016**

ARTHUR DANTAS ROCHA

**ECOLOGIA SOCIAL COMO CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E SUA APLICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO
BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso a ser apresentado como pré-requisito de conclusão do curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Inconfidentes, para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Ambiental.

Orientador: Profº MSc Mark Pereira dos Anjos

**INCONFIDENTES –MG
2016**

ARTHUR DANTAS ROCHA

**ECOLOGIA SOCIAL COMO CRÍTICA AO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E SUA APLICAÇÃO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO
BRASIL**

Data de aprovação: ____/____/2016

Profº MSc. Mark Pereira dos Anjos
IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

Profª MSc Felipe Corrêa Pedro
USP LESTE
MACKENZIE

Profº DSc. Claudino Ortigara
IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes

DEDICATÓRIA

Aos meus pais que me apoiaram financeiramente nessa última jornada universitária e, de forma extensiva, aos demais familiares e amigos com quais comungo de mesma origem social e interesses afins. Dedico ainda aos irmãos e irmãs que, ao redor do mundo, ousam acreditar e lutar por um mundo onde caibam todos os mundos.

À saudosa professora Milva Rossi, Murray Bookchin, Vi Subversa, Joe Strummer, Brad Will, Jaime Cuberos, Maurício Tragtemberg, Estilou, Rédson Pozzi, Lucas Godói vos dedico,

In memoriam.

AGRADECIMENTOS

A vida é sofrimento, diz Sidarta Gautama; a nós cabe lutar, nos ensina a História. Dessa forma, agradeço a todos e todas que se dispõem a tal missão com corações e mentes fortes e saudáveis, ao lado dos que ainda não tiveram direito à fala, porque “ (...) é preciso raiva e paciência / para se soprar nos pulmões do poder / o fino pó mortal, moído / por aqueles, que aprenderam muito, / que são exatos por ti”, nas palavras de famoso poeta alemão. Lutadores e lutadoras do mundo: *tamo* junto!

Meus pais-heróis, Sandra Maria Rocha e José de Fátima Rocha; aos meus irmãos, Alan e Catherine, que deram a nossa família nossos maiores tesouros: Paola e Sofia. Devo tudo a vocês.

Ao meu orientador Mark Pereira dos Anjos, fundamental na confecção do trabalho, por confiar plenamente em meu potencial e crer que o trabalho era viável – grande parceiro surgido “aos 45 minutos do segundo tempo”. Ao co-orientador, Felipe Corrêa Pedro, companheiro de alguns embates no mundão faz mais de 15 anos, intelectual/militante libertário brilhante, e que pôde achar, em meio a sua agenda lotada de compromissos, espaço para me amparar nessa empreitada. Ademais, todos os erros são de minha lavra e total responsabilidade, evidentemente. Não é de bom tom e desrespeita certo decoro, mas agradeço ao avaliador da banca, Claudino Ortigara, professor com ouvidos bons de ouvir os alunos desta instituição e que sempre apoiou os discentes organizados/engajados em todas suas empreitadas em Inconfidentes, assim como sua esposa Neidinha Ortigara, um sorriso e um conselho sempre na ponta da língua quando se fez necessário.

Aos professores e técnicos do Instituto – instituição esta da qual tenho gratidão enorme por poder fazer parte, construto típico de uma época neste país onde o poder público formulou e deu vazão a experimentos que potencializaram a vida dos de baixo, “apesar” de algumas poucas almas que parecem se ressentir de que esta não seja um lugar dileto para os filhos da elite. Especial menção à professora Thais Costa por seu carinho e atenção conosco nas disciplinas TCC1 e TCC 2.

Aos amigos de “Pozalégui”, São Paulo, Rio de Janeiro e desse mundo enorme (em especial ao amigo estadunidense Matthew Spurlock por me apresentar com propriedade, 19 anos atrás, a Ecologia Social). Um sorriso no rosto e punhos cerrados sempre são meus votos pra todos.

Aos colegas de Instituto Federal, conversas, gargalhadas e apreensões em relação ao porvir, aprendizados diários e vontade de se manter firme e irresoluto rumo ao único sentido da vida (“adiante!”, é óbvio): Tayrine Brito, José Bento Vasconcellos, Dario Ramos, Diogo “Mano Chao”, Marcelo “Técnico”, Henrique “Kiki Rei” Oliveira, Rafael “Tigrão” Serone, Jaíne Alves, Rosiane Silva, Kassy Jhones Garcia, Éder “Jesus” Luiz, Charles Miller, Pedro Mortari, Guilherme Faustino, Douglas Montanheiro, Luciano “Batuta” Prado, Igor Corsini, Rafael Mota, Felipe Staboli, Gustavo Chagas, Beatriz Alves, Lucas Prates (meu amigo bolsomito!), Iago “Pai Vêi” Pessoa, Luana Oliveira, Gabriel Balbi, Fernanda Bazani, Gabriela Santos, Lizandra Martins, Ana Paula Carvalho, Joice Barbosa, Raíssa Ferreira, Luis

Tasca, Renan “Lulinha” Andrade, Natali Alcântara, Eduardo Barioni, Alisson “Marlboro” Felipe, Arthur Pereira, Luciano Lewin, Julio Dobicz, Juninho Duarte, e aos queridos e queridas colegas do 6º T.G.A. do segundo semestre de 2016.

Companheiros e companheiras do UAI, grupo de agroecologia, minha verdadeira escola em sociabilidade e sonhos compartilhados: não tenho palavras pra expressar minha gratidão! Estendo também a lembrança ao grupo Raízes do Campo (profº Luizinho e demais).

Gratidão eterna a Rodrigo Rosa, Carol Carvalho, Raphael “Tim”, Daniel “Tumati”, Sávio Vilela, Gustavo “Gublito” Potumati, Raquel Brust, Júlia Rocha, Pedro “Pezinho”, Rita Vidal e a todos que compartilharam de teto, sonhos, amor e saberes. Sou um pouco de cada um de vocês, podem acreditar.

Davis Sousa, Roberta Tunu e Estela “Chimbinha”, companheiros do sítio Graúna: logo estarei aí pra somar mais e mais!

Gabi Cardoso e Maria Clara: gratidão e um amor incondicional.

Por último e não menos importantes sob qualquer circunstância, gratidão a Lao e demais funcionários da Secretaria de Registros Acadêmicos, e a todos os funcionários e funcionárias do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes, sejam os concursados ou terceirizados, da Limpeza ao Refeitório: vocês são a vida desta instituição no dia a dia.

A lista é enorme, mas acreditem: a memória me trai o tempo inteiro! Se alguém se sentiu parte dessa lista é porque EVIDENTEMENTE você está aqui, de uma forma ou de outra. Perdão e o desejo de compartilharmos do pão no decorrer dessa vida. Se viver é lutar, assim será!

“Se todas essas ideias podem parecer demasiado ‘utópicas’ para nossa época, então também podemos considerar como utópicas as exigências urgentes daqueles que pedem uma mudança radical das políticas energéticas, uma redução drástica da poluição da atmosfera e dos mares, e a aplicação de programas em nível mundial para deter o aquecimento do planeta e a destruição da camada de ozônio. É realmente ilusório perseguir mudanças institucionais e econômicas não menos drásticas, mas que se baseiam de fato em tradições democráticas profundamente enraizadas?” – Murray Bookchin

“Enquanto não houver igualdade econômica e social, a igualdade política será uma mentira” – Mikhail Bakunin

"El mundo que queremos es uno donde quepan muchos mundos. La patria que construimos es una donde quepan todos los pueblos y sus lenguas, que todos los pasos la caminen, que todos la ríen, que la amanezcan todos." - Subcomandante Marcos

“Eu sou porque nós somos”- ditado da tribo Xhosa, do sudeste africano.

“É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é, se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, otimismo da vontade”. – Antônio Gramsci

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 – Desenvolvimento Sustentável..... | 7 |
| Figura 2 – Meio Ambiente x Meio Econômico..... | 8 |
| Figura 3 – Divergências do Desenvolvimento Sustentável..... | 17 |
| Figura 4 – Espectro Ideológico Do Desenvolvimento Sustentável..... | 21 |
| Figura 5 – Triângulo de Kolm..... | 23 |
| Figura 6 – Desenvolvimento Sustentável x Ecologia Social..... | 25 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ATTAC – Associação Para Taxação de Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos.
- CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
- CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
- COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental
- CFEM - Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)
- EU – União Europeia
- FNDF – Fundo Nacional do Desenvolvimento Florestal
- IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
- IUCN – Associação Internacional Para Conservação da Natureza
- MMA – Ministério do Meio Ambiente
- NCF – Novo Código Florestal
- OEDC – Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
- ONU – Organização das Nações Unidas
- OTA – Congressional Office Of Technology Assessment
- PNRH – Política Nacional de Recursos Hídricos
- PNMA – Política Nacional de Meio Ambiente
- PNMC – Política Nacional de Mudanças Climáticas
- PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
- RTS – Rede de Tecnologia Social
- SFB – Serviço Florestal Brasileiro
- SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente
- RCEP – Parceria Regional de Compreensão Econômica (acordo de livre comércio do Sudeste Asiático)
- UC - Unidades de Conservação
- WBCSD – Conselho Mundial de Negócios Para O Desenvolvimento Sustentável

RESUMO

O trabalho é uma contribuição à área de Gestão Ambiental ao apresentar a Ecologia Social como paradigma crítico ao *leitmotiv* do “desenvolvimento sustentável”, dado que este é o paradigma ambiental da Constituição de 1988 para a subseqüente implementação das políticas públicas ambientais. Foram quatro os objetivos do trabalho: 1. Verificar como o conceito de “Desenvolvimento Sustentável”, tendo como marco regulatório a Conferência de Estocolmo em 1972, é entendido no Brasil e no mundo; 2. Apresentar as linhas gerais que definem a teoria/práxis da Ecologia Social, tal como formulada por seu criador, o ecologista e ativista radical estadunidense Murray Bookchin; 3. Postular a crítica possível advinda da observância das proposições básicas da Ecologia Social em relação ao Desenvolvimento Sustentável; 4. Usar como estudo de caso a questão dos incentivos financeiros propostos pela Política Ambiental no Brasil, aplicada nos municípios do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil) para instrumentalizar o aparato crítico estabelecido. O trabalho foi estruturado de forma que pontos fortes da Ecologia Social (crítica ao atual modelo tecnológico, a impossibilidade em conciliar o capitalismo com uma sociedade ecologicamente orientada, economia descentralizada e autogestionária, o holismo e o antiestatismo) pudessem revelar contradições inerentes ao desenvolvimento sustentável e, dessa forma, contribuir para que seja possível estabelecer alternativas ao status quo ambiental.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Ecologia. Desenvolvimento Sustentável. Ecologia Social. Murray Bookchin.

ABSTRACT

Lo trabajo es una contribución a la Gestión Ambiental a lo presentar la Ecología Social como un paradigma crítico a lo leitmotiv de lo “desarrollo sustentable”, dado que eso es lo paradigma ambiental de la *Carta Magna* de 1988 para la posterior aplicación de las políticas ambientales. Había cuatro objetivos del trabajo: 1. Compruebe cómo el concepto de "desarrollo sustentable", con el marco regulador de la Conferencia de Estocolmo en 1972, se entiende en Brasil y en el mundo; 2. La presentación de los contornos que definen la teoría/*praxis* de la ecología social, tal como fue formulada por su creador, el ecologista y activista radical Murray Bookchin; 3. Postulando la posible crítica que surge de cumplimiento de las proposiciones básicas de Ecología Social en relación con el desarrollo sostenible; 4. Utilizando como caso de estudio de la cuestión de los incentivos financieros propuestos por la Política Ambiental en Brasil, aplicadas en los municipios en el “Cuadrángulo de Hierro” (Minas Gerais, Brasil) para instrumentalizar el aparato crítico establecido. El trabajo se estructuró de manera que los puntos fuertes de Ecología Social (crítica al modelo tecnológico actual, la imposibilidad de conciliar el capitalismo con una sociedad orientada ecológicamente, descentralidad y autogestión económica, el holismo y antiestatalismo) podría revelar las contradicciones inherentes al desarrollo sustentable y contribuir así a hacer posible el establecimiento de alternativas a la situación actual del medio ambiente.

Palabras clave: Políticas públicas. Ecología. Desarrollo sustentable. Ecología Social. Murray Bookchin.

SUMÁRIO

Sumário

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 1 |
| 2 | REVISÃO BIBLIOGRÁFICA..... | 2 |
| 2.1 | POLÍTICAS PÚBLICAS..... | 2 |
| 2.2 | ECOLOGIA..... | 4 |
| 2.2.1 | Desenvolvimento Sustentável..... | 5 |
| 2.2.2 | Ecologia Social..... | 8 |
| 3 | METODOLOGIA | 14 |
| 4 | DISCUSSÃO..... | 16 |
| 4.1 | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONSENSOS E DISSENSOS. 16 | |
| 4.2 | ECOLOGIA SOCIAL: O CONTRAPONTO..... | 22 |
| 4.2.1 | Tecnologia e Ecologia Social | 25 |
| 4.2.2 | Capitalismo <i>versus</i> Meio Ambiente | 27 |
| 4.2.3 | Economia da Ecologia Social..... | 29 |
| 4.2.4 | Holismo <i>versus</i> Antropocentrismo | 30 |
| 4.2.5 | Uma Alternativa Antiestatal | 32 |
| 4.2.6 | Estudo de Caso | 34 |
| 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 39 |
| 6 | SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS | 43 |
| 7 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... | 44 |

1 INTRODUÇÃO

Um espectro ronda a nossa sociedade: o espectro do desenvolvimento sustentável!

Durante minha graduação, nunca cansei de me espantar em como o Desenvolvimento Sustentável perpassava todas as disciplinas de forma tão profunda e ao mesmo tempo sorrateira. Trujillo-Ortega (2013), em artigo utilizado como motivação para este trabalho, “Ecología Política Del Desarrollo Sostenible”, (um trabalho de uma perspectiva agroecológica), diz que:

“falar de *Desenvolvimento Sustentável* leva a consensos imediatos, ninguém quer que o *desenvolvimento* acabe com a *natureza* ou afete as condições ambientais que garantirão a sobrevivência da espécie humana. A vida cotidiana das classes médias urbanas e a maioria dos agricultores já incorpora em seus discursos a palavra *sustentável* e ambiente. Porém, não incorporaram a palavra *desenvolvimento* em sua linguagem diária”¹(TRUJILLO-ORTEGA, 2013:71).

Linguagem: essa linguagem quebradiça que perpassou todos meus anos como estudante de Tecnologia em Gestão Ambiental trouxe uma ou duas questões

¹ No original: “Hablar de *Desarrollo Sostenible* lleva a consensos inmediatos, nadie quiere que el *desarrollo* acabe con la *naturaleza* o afecte las condiciones ambientales que garantizan la supervivencia de la especie humana. La vida cotidiana de las clases medias urbanas y la mayoría de los agricultores ya incorpora en sus discursos la palabra *sostenible* y ambiente. Sin embargo no há incorporado la palabra *desarrollo* como parte de su lenguaje de vida diaria”.

motivadoras para a confecção deste trabalho, com finalidade de desvendar o que de tão poderoso havia por detrás desse termo.

Ecologia é a ciência da sobrevivência, ensina José Lutzenberger (1980), um dos pais da Agroecologia no Brasil – agroecologia, aliás, que levou este trabalho ao outro eixo que instigou esta pesquisa: por que o dito Desenvolvimento Sustentável parece, aos que trabalham a terra numa perspectiva de não adoecê-la, tão “insustentável”?

A partir daí, sabendo que são as Políticas Públicas em todas suas dimensões que acabam por moldar a vida coletiva em nossa sociedade, estudos durante os últimos três anos pareceram apontar para uma perspectiva de botar à prova alguns preceitos da ideologia do Desenvolvimento Sustentável. E como crítica, uma teoria tão estabelecida e profunda quanto a da Ecologia Social, pensada inicialmente por Murray Bookchin, pareceu uma escolha acertada. Um estudo de prospecção e projeções, por fim.

A linguagem, como fica claro até aqui, importa. Ou melhor: ter atenção quanto à linguagem. Se uma tese pode ser pensada como um tradicional romance ficcional, com sua apresentação de personagens, desenvolvimento e desfecho, o trabalho aqui apresentado, seguindo os ditames da Teoria Literária – mais especificamente Bakhtin – seria um romance “polifônico”. Com diversas vozes de diversas esferas e posições ideológicas – ainda que predomine evidentemente a voz da Ecologia Social, o trabalho busca deliberadamente a reiteração e o acúmulo e, dessa forma, espraia-se da revisão bibliográfica para a discussão. Se tivesse que pontuar exemplos literários, seriam os romances *New Thing*, do Wu Ming 1, e *O Curto Verão da Anarquia*, de Hans Magnus Enzensberger; obras que se cristalizam com relatos jornalísticos, outras obras literárias, trabalhos acadêmicos e o autor conduzindo o leme da nau, para que ao fim tudo faça sentido.

Uma consideração final que foge ao protocolo: o trabalho foi pensado, acima de tudo, como uma intervenção no âmbito acadêmico na direção que a Gestão Ambiental enquanto curso (seja como Tecnologia ou Bacharelado) deve contemplar de alguma forma uma crítica possível à ideologia do Desenvolvimento Sustentável. Segundo o portal de nossa instituição, a missão do Instituto Federal é "promover a excelência na oferta da educação profissional e tecnológica em todos os níveis, formando **cidadãos críticos**, criativos, competentes e **humanistas**, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Sul de Minas

Gerais"². Mesmo que seja com intuito de contribuir para o “desenvolvimento sustentável” não seria de alguma valia podermos vislumbrar outros horizontes? Essa foi a motivação por detrás desta pesquisa.

² <http://www.ifsuldeminas.edu.br/index.php/pt/o-instituto> (acessado em 18/09/2016)

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS

Políticas Públicas, segundo o site do Ministério do Meio Ambiente (MMA), “são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico”. Leme (2010) explica que “existem diversas definições a respeito do que vem a ser política pública. Saravia (2006) afirma que se trata de um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Sua finalidade é a consolidação da democracia, justiça social, **manutenção do poder e felicidade das pessoas** [grifos nossos]”. Como ficará claro adiante, para Bookchin e sua Ecologia Social, “manutenção do poder e felicidade das pessoas” são ideias excludentes.

As políticas públicas para o meio ambiente recebem amparo institucional pelo fato de serem qualificadas como “um direito de todos”, tal qual estabelecido pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei n.º 6.938/81. A água, por exemplo, é concebida na Carta da República como bem de uso comum e, para proteger este bem e regulamentar seu uso múltiplo, foi instituída a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), mediante a Lei Federal nº 9.433/97.

Segundo Leme (2010), no Brasil:

“as políticas públicas de meio ambiente são competência comum de todos os entes federados e devem envolver a sociedade, tal como prevê a Constituição Federal. O arranjo institucional previsto para a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), que enfrenta limitações na sua implementação, as quais serão discutidas no presente trabalho. Um dos gargalos do sistema é a fragilidade institucional dos fóruns destinados à pactuação de políticas entre entes federados e entre órgãos do governo federal, o que compromete a gestão ambiental compartilhada.”

No entanto, o aporte crítico deste trabalho vai contextualizar o desenvolvimento das políticas públicas ambientais a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, relacionando-as com o desmonte gradual de certa visão do Estado, na Europa, sobretudo (o “Estado de Bem-estar Social”), e o surgimento, globalmente, do que ficou conhecido como “neoliberalismo”. Ortigara (2014), explica que:

“(…) na crise econômica dos anos 1970, gerada pela alta dos preços do petróleo, a intervenção do Estado não foi capaz de controlar os mercados e evitar os problemas sociais decorrentes desta crise. A crise mundial estancou os empréstimos, reduzindo a capacidade dos Estados, reduzindo a ação do Estado Nacional, ou seja, reduzindo a disposição de políticas sociais, provimento de bens e serviços públicos.”

É fato que o desenvolvimento sustentável ganha vulto sob a problemática do fim da era keynesiana na economia dos países subdesenvolvidos. Porém, para os Estados nacionais, de tal forma era a adequação das diretrizes ambientais de tal proposta ao *status-quo*, que o mesmo se viu ligado ao próximo período de forma simbiótica, já que em grande medida, a ideologia neoliberal é uma retomada dos elementos mais fortes da ideologia liberal em relação ao Estado (Estado mínimo) e ao planejamento econômico (livre mercado). Assim sendo, “o neoliberalismo constitui-se, pois, numa ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento que defende a liberdade de mercado e a diminuição da intervenção estatal sobre a economia e a focalização das políticas” (ORTIGARA, 2014). Ainda que a ideologia governamental se autodenomine “neodesenvolvimentista”, em oposição ao período FHC exatamente anterior, neoliberal, argumentaremos que, ao fim e ao cabo, a política atual é uma acomodação típica do arranjo institucional local ao neoliberalismo em suas regras gerais. O fundamental por detrás de ambos os projetos de sociedade é que eles lidam – ou são sinônimos – de dominação da natureza, por serem ideologias que colocam o “progresso” como ideia positivada, além da crítica. Dessa forma, discutir o desenvolvimento sustentável como irmão siamês dos projetos de Brasil neoliberal ou neodesenvolvimentista, e propondo como modelo crítico a Ecologia Social, pretenda colocar-nos “diante da questão de

que há limites para a dominação da natureza. Assim, além de um desafio técnico, estamos diante de um desafio político e, mesmo, civilizatório” (PORTO-GONÇALVES, 2004).

2.2 ECOLOGIA

É necessário dizer o que tratamos por ecologia no presente trabalho. Para Kraemer (s/d), **“Ecologia e empresa eram considerados dois conceitos e realidades inconexas [grifos nossos]. A ecologia é a parte da biologia que estuda a relação entre os organismos vivos e seu ambiente. Dessa forma a ecologia é entendida como uma ciência específica dos naturalistas, distanciada da visão da Ciência Econômica e Empresarial”**. Ainda que seja a segunda parte da citação que nos interesse, objetivamente, porque conceitua a ecologia como ramo das Ciências Naturais – exatamente o que “ecologia” não é neste trabalho –, a primeira parte interessa por apresentar uma visão pró-sistêmica, que contagia boa parte da produção acadêmica na Gestão Ambiental (lapidarmente, o artigo de Kraemer chama-se “Gestão Ambiental: um enfoque no desenvolvimento sustentável”). Adiante, Kraemer oferece uma breve contextualização histórica que explica o *leitmotiv* de nosso trabalho no aspecto meramente ecológico:

“A nova consciência ambiental, surgida no bojo das transformações culturais que ocorreram nas décadas de 1960 e 70, ganhou dimensão e situou o meio ambiente como um dos princípios fundamentais do homem moderno. Nos anos 1980, os gastos com proteção ambiental começaram a ser vistos pelas empresas líderes não primordialmente como custos, mas como investimentos no futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva”. (KRAEMER, s/d)

Assim, a posição adotada neste trabalho pensa ecologia dentro dos ditames do que se chama “Ecologia Humana”, que seria “o estudo das relações recíprocas entre o homem e seu meio moral, social, econômico” (PIERSON, 1970), deixando ao largo tanto sua definição científica quanto seu uso instrumentalizado no que tange a como investimentos no futuro e, paradoxalmente, como vantagem competitiva. “A ecologia ‘migrou’ do vocabulário científico para designar também projetos políticos e valores sociais, como a utopia da boa sociedade, a convivência harmônica com a natureza, a crítica aos valores da sociedade de consumo e ao industrialismo”. (CARVALHO, 2004)

Por fim, “ecologia”, neste trabalho, é tanto um meio quanto um fim, se pensarmos tal termo em sua concepção de movimento. “O que o movimento ecológico põe em questão, de seu lado, foi a outra dimensão: o esquema e a estrutura das necessidades, o modo de vida. (...) O que é a vida humana? Vivemos para fazer o quê? (...) No movimento ecológico trata-se,

em primeiro lugar, da autonomia em relação a um sistema técnico-produtivo, pretensamente inevitável ou pretensamente ótimo: o sistema técnico-produtivo que está aí na sociedade atual”. (CASTORIADIS; COHN-BENDIT, 1981)

2.2.1 Desenvolvimento Sustentável

Inicialmente, para balizar nossa discussão, apresentamos trecho do verbete Desenvolvimento Sustentável tal qual apresentado por Veyret (2007), no *Dicionário do Meio Ambiente*:

“Evocado pela primeira vez na ONU em Estocolmo (1972), o desenvolvimento sustentável foi definido, em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Relatório Brundtland), como o ‘desenvolvimento que responde às necessidades das gerações atuais sem comprometer as das gerações futuras’.

Assim definido, o desenvolvimento sustentável é um conceito essencialmente macroeconômico. Ele reintroduz dois valores ao desenvolvimento econômico: a visão de longo prazo (solidariedade intergeracional) e a visão em escala planetária (solidariedade intrageracional).

Inúmeras outras formulações têm sido propostas, o que atesta a vitalidade dos trabalhos de teoria econômica suscitados por essa problemática, bem como as divergências de abordagem”.

A questão que parece importante para este trabalho é saber se políticas públicas baseadas na ideia de desenvolvimento sustentável não seriam temerárias, ao postular ativos e passivos ambientais, de forma que o lucro ainda desempenhe o papel de força maior numa equação que trata da manutenção da vida como um todo no planeta. O *site* do Instituto Ethos, por exemplo, advoga que “as **políticas públicas devem prever que práticas voltadas para o desenvolvimento sustentável** [grifos do site], que já produzem algum resultado, devem ser identificadas e reconhecidas, de forma que o ciclo de investimentos e de desenvolvimento de ações positivas permaneça sempre em atividade”.

No entanto, o célebre economista Celso Furtado (2001), caracterizando a economia pós-1970 pondera que “a evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico”. Mesmo um economista ligado ao nacional-desenvolvimentismo parece reconhecer os limites por detrás do lema do “desenvolvimento sustentável”.

A questão do desenvolvimento sustentável aparece com a crise econômica dos anos 1970, estando intimamente ligada ao tema “Economia do Meio Ambiente”, dessa forma apresentado em forma de verbete elucidativo por De Roose e Van Parijs em seu *Pensamento Ecológico*, aqui transcrito em sua inteireza:

“Ramo da economia política que avalia os custos da degradação ambiental e a eficácia das diferentes políticas de proteção ao meio ambiente”.

É com o economista inglês Pigou³ que a análise econômica volta-se pela primeira vez de maneira explícita para os problemas ambientais (...). Os problemas ambientais ilustram, com efeito, o que não é ainda senão uma curiosidade da ciência econômica: a externalidade. Considerada pela economia do bem-estar como um enfraquecimento do mecanismo de mercado, ela suscita, por esta razão, uma literatura abundante, conquanto muito teórica e pouco adaptada ao estudo dos problemas concretos expostos pela deterioração do meio ambiente.

Em fins dos anos 1970, aos primeiros sinais de uma crise ecológica maior, a economia do meio ambiente abandona os círculos acadêmicos para desenvolver uma crítica radical do crescimento econômico (...).

Foi durante os anos 1980 que a economia do meio ambiente reinvestiu no lugar público. Uma nova consciência da gravidade dos problemas ecológicos resultou na difusão do conceito do desenvolvimento sustentável [grifos nosso]. É sobre esse conceito que a economia do meio ambiente estabelece, doravante, o eixo de sua análise: esta enfatiza a cooperação, mais do que o conflito, entre a esfera econômica e a esfera ecológica; ela insiste na gestão dos riscos devidos à incerteza que pesa sobre os problemas ambientais e na questão das irreversibilidades ligadas à degradação do meio ambiente”(De ROOSE e VAN PARIJI, 1997: 69”.

A economia, no que concerne à questão ecológica e da manutenção da vida neste planeta, conforme mostra o trecho acima, vive de “sobressaltos”. Economistas como Nicholas Georgescu-Roegen ou Kenneth E. Boulding⁴, que rejeitam a ideia de que os problemas ambientais possam ser assimilados a disfunções ou acidentes, e que vão dar ênfase no paradoxo existente entre o desenvolvimento econômico e a reprodução da biosfera são amplamente minoritários, quando não são levados ao ostracismo, como no caso de Georgescu-Roegen, apesar de sua brilhante carreira progressiva. (VEIGA, 1993)

Como reconhece Simone Wolff (1990),

“conservação e uso sustentável da biodiversidade são inseparáveis das questões sociais e econômicas. Alguns ingredientes da problemática ambiental, que constituem grande

³ Arthur Cecil Pigou (1877 - 1959) desenvolveu o conceito da taxa de Pigou, uma medida do estado para influenciar o comportamento de agentes econômicos no mercado, com o objetivo de corrigir externalidades negativas.

⁴ Nicholas Georgescu-Roegen(1906-1994), matemático e economista heterodoxo romeno, seus trabalhos resultaram no conceito de decrescimento econômico e é tido como fundador da “economia ecológica”. Kenneth E. Boulding (1910-1993), economista inglês, autor do clássico *Towards a New Economics: Critical Essays on Ecology, Distribution, and Other Themes*, de 1992.

desafio à promoção do desenvolvimento sustentável no Brasil são: utilização indevida da fauna, da flora, da água, dos recursos genéticos; desperdício de energia; crescimento demográfico; superprodução de bens e capitais; produção de lixo; poluição sob todas as formas; doenças e pobreza”.

O desenvolvimento sustentável, por fim, pode ser explicado de forma sucinta na famosa fórmula de Ignacy Sachs, que já leva em conta, além do tradicional tripé ecologia/sociedade/economia, os componentes culturais de cada localidade e suas características regionais:

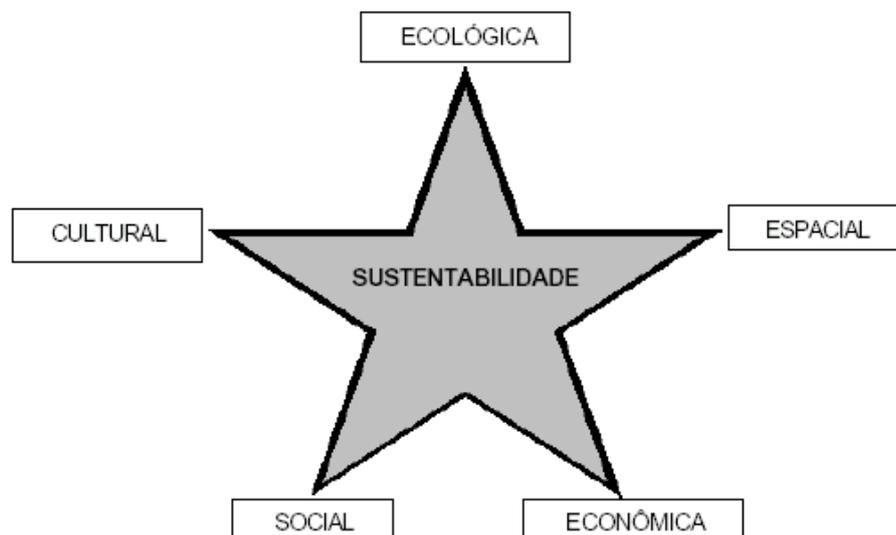


Figura 1 - Desenvolvimento Sustentável

Fonte: Sachs apud Campos (2001)

A partir de Bacon no século XVII, quando considera a natureza algo exterior ao conjunto da sociedade, consolida-se a ideia – ou se torna consciente, pra ser mais exato – a relação do homem enquanto dominador e da natureza enquanto objeto. Assim, a relação entre capital privado e natureza é sintetizada da seguinte forma, dentro de uma ótica antropocêntrica de ecologia, que torna mais evidente sua hegemonia sobre o assunto:

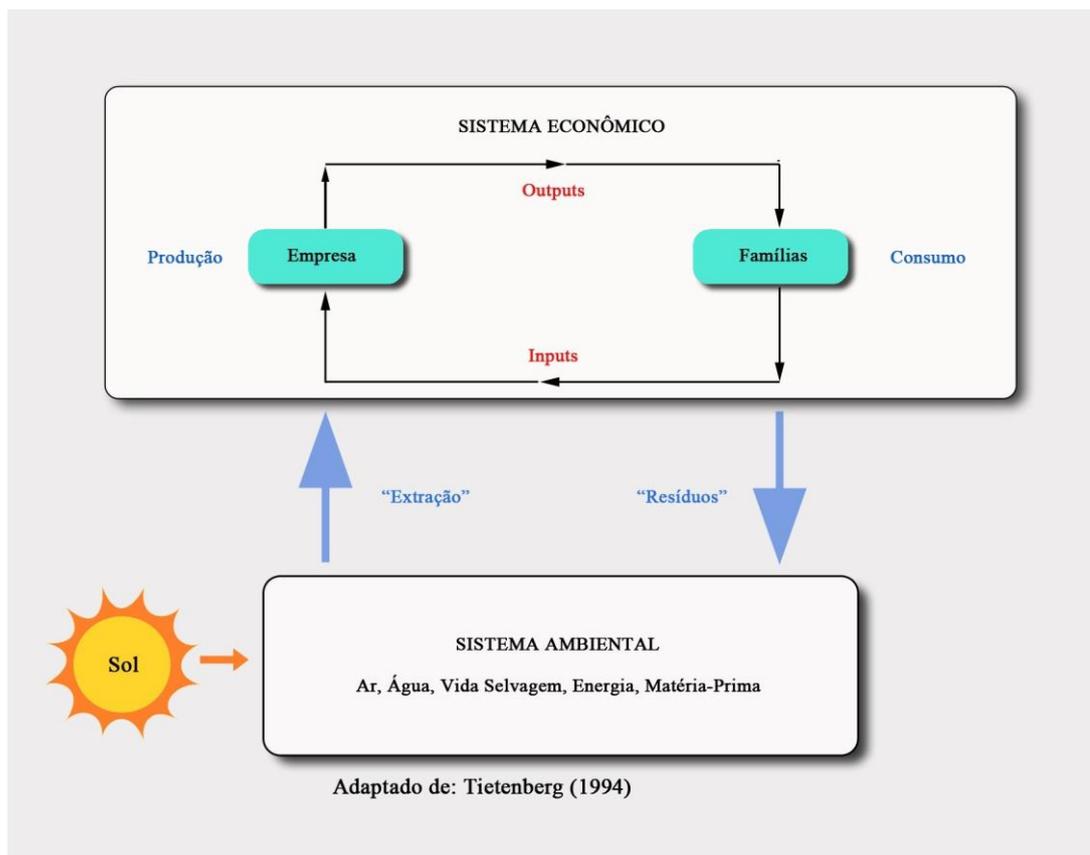


Figura 2- Meio natural x meio econômico

Fonte: Tietenberg (1994)

A distinção expressa acima pode até aparentar certa neutralidade e ter encontrado término nos debates filosóficos contemporâneos, mas expressa a visão tal qual preconizada por Bacon e que serve a certos propósitos da ideologia dominante (por que, por exemplo, distinguir a “vida selvagem” da vida humana?) em nossa sociedade e que a Ecologia Social desvela de forma exemplar.

2.2.2 Ecologia Social

Na obra de Bookchin, a Ecologia Social é concebida como sendo um espaço no qual se apresentam os problemas ecológicos profundamente mergulhados no seio dos problemas sociais, possibilitando “a ampliação das compreensões dos contextos sociais e ecológicos da atualidade e buscando respostas e alternativas para os crescentes problemas ambientais do planeta e da humanidade” (BOOKCHIN, 1999).

Bookchin (1999) afirma que a criação da Ecologia Social teve por objetivos apresentar uma filosofia, uma concepção do desenvolvimento natural e social, uma análise

profunda dos problemas sociais e ambientais e uma alternativa utópica radical às crises social e ambiental atuais. A Ecologia Social tenta uma reconciliação entre humanidade e natureza, utilizando o holismo, isto é, faz do todo mais do que a soma das partes. Para Bookchin (1999), “temos que combiná-las [as ciências], relacioná-las, e enxergá-las tanto em sua totalidade quanto em suas especificidades”⁵. O holismo da Ecologia Social é em tudo distante ao antropocentrismo do desenvolvimento sustentável que traz implicações notáveis em termos legislativos. Há diversas passagens em nossas leis que corroboram tal afirmativa, das quais destacamos passagem do Novo Código Florestal (NCF):

“LEI Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1o-A. (...)

Parágrafo único. Tendo como objetivo o desenvolvimento sustentável, esta Lei atenderá aos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

I - afirmação do compromisso soberano do Brasil com a preservação das suas florestas e demais formas de vegetação nativa, bem como da biodiversidade, do solo, dos recursos hídricos e da integridade do sistema climático, **para o bem estar das gerações presentes e futuras**; (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

II - reafirmação da importância da função estratégica da atividade agropecuária e do papel das florestas e demais formas de vegetação nativa na sustentabilidade, **no crescimento econômico, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na presença do País nos mercados nacional e internacional de alimentos e bioenergia** (grifos nossos); (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012)”.

O trecho é emblemático, sobretudo nos períodos grifados pois, 1. Mostra a total sintonia com o *Relatório Brundtland* (1988) de forma textual idêntica, e 2. Para ilustrar quanto o trecho em grifado em tudo é oposto à Ecologia Social (e dessa perspectiva se coloca em contradição mesmo com a alínea primeira da supracitada Lei), assim como exemplifica em sua totalidade a ideologia do desenvolvimento sustentável que perpassa nossas leis/políticas públicas.

O uso do “Social” acompanhando o termo “Ecologia”, para Bookchin, tinha uma função preciosa: nenhum dos principais problemas ecológicos que hoje defrontamos pode ser resolvido sem uma profunda mudança social. Ele dizia que:

⁵ No original, “tenemos que combinarlas (as ciências), relacionarlas, y verlos tanto en su totalidad como en su especificidad”.

“esta é uma ideia cujas implicações não foram ainda plenamente assimiladas pelo movimento ecológico. Levada às suas conclusões lógicas significa que se não pode transformar a sociedade presente aos poucos, com pequenas alterações. Quando muito estas pequenas mudanças são entaves que apenas reduzem a velocidade louca a que se está a destruir a biosfera”. (BOOKCHIN, 2010)

Tal propositiva é de interesse fundamental neste trabalho para, por fim, questionar os limites lógicos das políticas ambientais como políticas públicas no Brasil (e, por extensão, nos demais países – ao menos no Ocidente – que operam no campo das ideias e das leis dentro dos ditames do desenvolvimento sustentável), assim como, ao cabo, apontar para um alargamento dos horizontes da disciplina conhecida como Gestão Ambiental.

Fica evidente que certo ambientalismo que trabalha de forma simbiótica com as diretrizes do desenvolvimento sustentável não interessa à Bookchin⁶, por isso clama que ideias por trás de uma sensibilidade “ecológica profunda e bem elaborada”, que assegurem “estabilidade e o equilíbrio da natureza e da sociedade”, só se tornariam hegemônicas:

“a partir da generalização radical de formas de cooperação e de apoio mútuo, fundadas na diversidade e na diferença. A sensibilidade ecológica propõe uma perspectiva que em última instância é também, paralelamente, uma explicação. Daí que o significado ético de uma tal atitude não seja apenas latente, mas, pelo contrário, esteja desde sempre latente”. (Bookchin, 1998)

2.2.2.1 Murray Bookchin

Cavalcanti explica que:

“O interesse de Bookchin pela questão ambiental teve início ainda nos anos de 1950, quando publicou (sob pseudônimos) seus primeiros trabalhos sobre o assunto. Em 1962, usando o pseudônimo de Lewis Herber, publicou seu primeiro livro dedicado à questão ecológica, *Our Synthetic Environment* [Nosso Meio Ambiente Sintético], tratando do problema da contaminação dos alimentos por agrotóxicos e a poluição radioativa. Este livro veio a público seis meses antes do famoso e influente *Primavera Silenciosa* (Silent Spring) de Rachel Carson, que também abordava o problema dos pesticidas e exerceu forte influência sobre o então nascente movimento ecológico nos Estados Unidos e posteriormente no mundo. O livro de Bookchin, contudo, recebeu pouca atenção por seu ‘radicalismo político’”.(CAVALCANTI, 2011)

⁶ Não sem motivos, os ecologistas sociais costumam caracterizar os ambientalistas como “reformistas” e ecologistas como politicamente visionários.

McCord (2008) explica o conflito de um ponto de vista mais sensível ao público estadunidense, alvo primeiro da publicação:

“A formulação de [Rachel] Carson, incluindo, seus pressupostos, métodos de pesquisa, e os resultados, eram reformistas⁷: trabalhando com um corpo de evidências científicas, ela apelou ao público-geral para clamar por uma mudança na política federal. No contexto da Guerra Fria, sua fé na ciência e o impulso reformista foi algo progressista, o tipo de política que o Congresso dos Estados Unidos poderia, eventualmente, abraçar. Ela conseguiu isso em parte por meio da implementação de ideais e *tropos* familiares à literatura e história estadunidense. As ideias de Bookchin eram mais diversamente enraizadas e explicadas. Em débito com o urbanismo de [Lewis] Mumford e a teoria crítica da Escola de Frankfurt, seu trabalho estava em sintonia com um amplo espectro de ameaças ambientais e apontou para uma acusação potencialmente radical do urbanismo tecnológico (...)”⁸.

A influência de Bookchin no atual movimento ecologista é limitada – na melhor das hipóteses, seu status entre a década de 1960 e 1980 ocupa um lugar de “grande filósofo político estadunidense”, como escreveu o tablóide *San Francisco Chronicle* (1982), porém deslocado, no passado. White (2008) diz que “a ascensão do movimento de justiça ambiental e até mesmo a explosão de novas literaturas sobre eco tecnologia, ecologia industrial e uma potencial 'Revolução Verde Industrial' (ver, por exemplo, HAWKEN e LOVINS, 1999; MILANI, 2000) – um discurso que Bookchin antecipou quatro décadas antes –, passou sem comentários [de Bookchin]”⁹.

Porém, o mesmo White contemporiza:

Que o capitalismo possui uma dinâmica ecologicamente destrutiva é hoje amplamente reconhecido até mesmo pelas elites políticas do Ocidente (por ex., STERN, 2007). No entanto, muita coisa mudou desde que Bookchin escreveu seu último estudo com ecologia como pano de fundo. Nós vivemos agora em um mundo de "conservação coerciva" e "comércio de carbono", de investigações sérias patrocinadas pela indústria em relação à ecologia industrial, e de dividendos por intervenção na natureza (ver LUKE, 1997; 1999; SMITH, 2007). Seguindo este cenário e contra ele, Bookchin, poderia razoavelmente argumentar que o capitalismo verde não é simplesmente uma

⁷ Reformista aqui é tomado enquanto expressão de posição política dentro do capitalismo, como será explicitado em nossa discussão.

⁸ No original: Carson's formulation, including her assumptions, research methods, and findings, were reformist: working with a body of scientific evidence she appealed to the public to call for federal policy change. In the context of the Cold War, her faith in science and the reformist impulse was progressive, the sort of politics that the United States Congress might, and eventually did, embrace. She accomplished this in part by deploying familiar ideals and tropes from American literature and history. Bookchin's ideas were more diversely rooted and explicated. Indebted as he was to the urbanism of Mumford and the critical theory of the Frankfurt school, his work was attuned to a broad spectrum of environmental threats and pointed to a potentially radical indictment of technological urbanismo (...)

⁹ No original: the rise of the environmental justice movement and even the explosion of new literatures on eco-technology, industrial ecology and a potential 'Green Industrial Revolution' (HAWKEN, LOVINS e LOVINS, 1999; MILANI, 2000) – a discourse Bookchin had anticipated four decades before – passed without comment

abstração impossível, mas potencialmente uma forma social ascendente (WHITE, 2008).¹⁰

Cavancanti (2010) diz que “a grande contribuição intelectual de Bookchin foi o desenvolvimento da Ecologia Social”, por apresentar como diferencial em relação às demais correntes do pensamento ecológico:

“A ideia básica de que os problemas ecológicos estão profundamente relacionados aos problemas sociais, particularmente no domínio dos sistemas políticos e sociais hierarquizados. A ecologia social sugere também que não é possível fazer frente a tais problemas, de forma realmente efetiva, apenas através de ações individuais como o ‘consumismo ético’, mas sim através de atividades coletivas fundamentadas em ideais democráticos e libertários radicais. A complexidade das relações entre os seres humanos e a natureza é enfatizada pela ecologia social, juntamente com a importância de se estabelecer estruturas sociais que possam levar em conta tais relações. Se a natureza é fonte de liberdade, participação, solidariedade e apoio mútuo, então as estruturas sociais que organizam as sociedades humanas também assim poderiam ser.”

Além disso, há um débito histórico em relação às ideias de Bookchin: hoje pode parecer como operação simples, prosaica, mas o pensador/militante estadunidense de origem judaica foi um dos primeiros intelectuais do pós-Segunda Guerra a “formular uma compreensão completamente social e histórica das relações sócio-ecológicas que tanto evita mitos malthusianos e está firmemente fundamentada em um sentido de conexões entre diversas formas de dominação social e de relações socioambientais (WHITE, 2008)”.¹¹

O prestigioso semanário inglês *The Guardian*, escreveu um obituário para “o filósofo político estadunidense e ativista Murray Bookchin” que:

“morreu de complicações de um mau funcionamento da válvula aórtica aos 85 anos, foi um teórico do movimento antiglobalização antes de seu tempo, um visionário ecológico, um defensor da ação direta e polemista. ‘O capitalismo é um câncer social’, argumentou. ‘É a doença da sociedade’. Autor de mais de 20 livros, Bookchin publicou seu artigo ‘O Problema da Química na Comida’ [*The Problem of Chemicals in Food*] em 1952, sob o pseudônimo de Lewis Herber. Uma década depois, novamente como Herber, escreveu *Nosso Meio Ambiente Sintético* [*Our Synthetic Environment*]; em que clamava por uma sociedade descentralizada, energia alternativa, além de escrever profeticamente sobre pesticidas, câncer e obesidade. O

¹⁰ No original: That capitalism possesses an ecologically destructive dynamic is now widely recognised by even the political elites of the West (e.g., Stern, 2007). However, much has changed since Bookchin wrote his last substantive study on ecology. We now live in a world of ‘coercive conservation’ and ‘carbon trading’, serious industry-sponsored research into industrial ecology, and debt for nature swaps (see Luke, 1997; 1999; Smith, 2007). Following this and contra Bookchin, it could reasonably be argued that green capitalism is not simply some impossible abstraction but potentially an ascendant social form.

¹¹ No original: (...) formulate a thoroughly social and historical understanding of social-ecological relations which both avoids Malthusian myths and is firmly grounded in a sense of the connections between diverse forms of social domination and socioecological relations.

livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa* [Silent Spring], apareceu quase seis meses depois. Seu escrito de 1964 antecipou o efeito estufa”. (SMALL, 1996)¹²

No plano prático em relação a suas ideias, poderia ser tratado com maior acuidade neste trabalho a experiência da Federação Municipal de Base italiana em Spezzano Albanese (BOOKCHIN, BOINO, ENCKELL, 2003), ou a experiência relativamente massiva no nordeste dos Estados Unidos do “localismo” (MORRIS e HESS, 1975). Porém, como maior flagrante de uma “vida após a morte” das ideias ecológicas e comunistas de Bookchin na prática, será apresentada a experiência atual de democracia direta nos cantões curdos no Oriente Médio, e sua abrangência para pensar problemas brasileiros relacionados à adoção do desenvolvimento sustentável.

¹² No original: the American political philosopher and activist Murray Bookchin, who has died of complications of a malfunctioning aortic valve aged 85, was a theorist of the anti-globalisation movement before its time, an ecological visionary, an advocate of direct action and a polemicist. ‘Capitalism is a social cancer’, he argued. ‘It is the disease of society’. The author of more than 20 books, Bookchin published his article The Problem of Chemicals in Food in 1952, under the pseudonym Lewis Herber. A decade later, again as Herber, he wrote *Our Synthetic Environment*; he called for a decentralised society, alternative energy and wrote prophetically about pesticides, cancer and obesity. The book preceded Rachel Carson's *Silent Spring* by nearly six months. His writing in 1964 anticipated the greenhouse effect

3 METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa analítico-descritiva, devido ao caráter bibliográfico, pautado no desenvolvimento sustentável aplicado nas políticas públicas ambientais, sua ideologia e a Ecologia Social como contraponto. Por fim, será possível conhecer mais sobre o assunto, e estar apto a construir hipóteses. (SANTOS, 2005)

Utilizou-se ainda o método de estudo de caso, pois corresponde a um “estudo profundo e exaustivo, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. (GIL, 1999)

O caráter analítico, sobretudo na intersecção das informações apresentadas na revisão de literatura e na conclusão do trabalho, foi estabelecido por meio do método materialista dialético – de acordo com a concepção de Georg Lukacs. Assim leva-se em conta o caráter histórico social do homem, na medida em que "desempenha um importante papel a dialética do universal e do particular na sociedade; o particular é aqui precisamente a expressão lógica das categorias sociais da mediação entre os homens individuais e a sociedade" (LUKACS, 1965). O estilo adotado foi o do *public intellect* (intelecto público), no qual se criam contrapontos entre a verdade científica com o saber público (aqui, com referências a trabalhos de organizações da sociedade civil e da grande imprensa), de forma que haja um equilíbrio e uma síntese de ambas as visões. Segundo Domingues (2011), “o surgimento do intelectual público vai junto com a ética – a ética republicana, modelada na época das Luzes –, a qual vai ligar o *éthos* da ciência nova e as humanidades clássicas, e que será fraturada no curso da modernidade”. Segundo Domingues (2011), seria a ligação direta entre “o pensador humanista (*hommes des lettres*, segundo Tocqueville), sua associação com a ética republicana (*affaire Zola*, o intelectual como cidadão do mundo) e ambos atrelados às atividades científicas”.

“Mais do que nunca, em um tempo em que a política viu-se tão degradada, transformada em negócio e vista pelos políticos profissionais como coisa de *marketing*, é hora de o intelectual repensar a política e convocar a ética. Contudo, a ética republicana tradicional estava por demais polarizada entre o público e o privado, a julgar por Rousseau ao contrapor o indivíduo e o cidadão, ao passo que o espaço público hoje é maior do que o espaço da política e da esfera do Estado. (...) Reinventar o intelectual público, depois do seu ocaso, é reinventar o espaço público e o espaço da crítica, um pouco como viu Dewey nos EUA, ao abraçar a causa da educação da América, ou como viram Adorno, Horkheimer e Benjamin, ao falarem da indústria cultural, e ainda Habermas, Dawkins, Chomsky e Umberto Eco, ao serem chamados para pronunciarem-se sobre temas da atualidade (...)”. (DOMINGUES, 2011: 482)

Contemplamos trabalhos em 3 idiomas, a saber: português, inglês e espanhol.

4 DISCUSSÃO

4.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONSENSOS E DISSENSOS

Segundo o *National Research Council* de 1991 (apud CAMARGO, 2013), as maiores divergências atuais concentram-se, contudo, em quatro pontos principais: 1. O que deve ser sustentado; 2. O que deve ser desenvolvido; 3. Os tipos de relação que devem prevalecer entre o que deve ser desenvolvido e o que deve ser sustentado, e 4. A extensão do futuro a ser considerado.

AS PRINCIPAIS DIVERGÊNCIAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

| O QUE DEVE SER SUSTENTADO | | O QUE DEVE SER DESENVOLVIDO |
|--|--|--|
| NATUREZA Terra Biodiversidade Ecossistemas | TIPOS DE RELAÇÃO <ul style="list-style-type: none"> “Somente?” “Principalmente?” “E?” “Ou?” “Contanto que?” | PESSOAS Sobrevivência infantil Expectativa de vida Educação Equidade Igualdade de oportunidades |
| SISTEMAS DE SUPORTE À VIDA Serviços prestados pelos ecossistemas Recursos Meio ambiente | POR QUANTO TEMPO <ul style="list-style-type: none"> Por 25 anos? Agora e no futuro? Para sempre? | ECONOMIA Riqueza Setores produtivos Consumo |
| COMUNIDADE Culturas Grupos Locais | | SOCIEDADE Instituições Capital social Estados Regiões |

ADAPTADO DE: NATIONAL RESEARCH COUNCIL (1999)

Figura 3- Divergências do Desenvolvimento Sustentável

Estas divergências são, por assim dizer, o coração por detrás da razão de ser do presente trabalho. Mas elas importam, sobremaneira, justamente porque ajudam a ampliar a consistência de uma indagação fundamental para motivar esta pesquisa: afinal, qual o *leitmotiv* por trás da operacionalidade do conceito “desenvolvimento sustentável” amplamente aceito no Ocidente e em boa parte do Oriente? E porque se adequa tão bem às políticas públicas brasileiras? Afinal, se no campo das ideias o próprio campo reformista na questão ambiental não o defende nem vagamente em sua inteireza de propósitos, que sinergia foi realizada no “mundo real” para que opere de forma tão desvolta? Para usar uma expressão marxiana, muito mais importante é conhecer o arranjo das costuras interiores de uma luva do que sua beleza exterior. A contraposição com a Ecologia Social será o instrumental utilizado

para responder esta questão. A partir daqui, a pesquisa busca mostrar o desenvolvimento histórico (previamente apresentado na revisão de literatura) do termo/práxis desenvolvimento sustentável e o que há de dissenso entre seus próprios entusiastas.

O Clube de Roma (e, na esteira, a Conferência de Estocolmo) tem papel paradigmático no estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável e pela massa crítica que aglutinou em torno de seus trabalhos. Lazlo (1971), como citado por Odum (1988), considera que o Clube ajudou a apontar o caminho, mas fez muito pouco para que os seguisse. Este grupo gerou, ao longo de sua existência, 10 modelos globais baseados em simulações matemáticas, que vislumbravam projeções com as consequências lógicas dos dados e pressupostos em relação à ação do homem sobre o meio ambiente. Um relatório em que se comparou e compilou as conclusões foi organizado pelo *Congressional Office of Technology Assessment* (OTA).¹³ Segundo Odum (1988), a partir dessa compilação e de artigos posteriores é possível destacar sete itens que se seguem em sua inteireza, dado o interesse para este trabalho (grifos nossos):

1. Um **progresso tecnológico é esperado e é vital**, porém mudanças sociais, econômicas e políticas também serão necessárias;
2. As populações e recursos não podem crescer para sempre em um mundo finito;
3. **Não há informações confiáveis ou completas sobre o grau em que o ambiente físico e o sistema de manutenção da vida na Terra podem satisfazer às necessidades e demandas de crescimento futuro** da população humana (i.e., capacidade de suporte desconhecida), porém uma abrupta redução na taxa de crescimento reduzirá muito a probabilidade de uma ultrapassagem ou de um colapso em grande escala (desastre ecológico);
4. Uma continuação das atitudes e ações existentes não levará a um futuro desejável, porém, pelo contrário, provocará um **aumento cada vez maior dos desníveis indesejáveis (e.g, entre ricos e pobres)**;
5. Abordagens **cooperativas de longo prazo serão mais benéficas para todos os interessados** do que políticas competitivas de curto prazo;
6. Uma vez que as interdependências entre povos, nações e ambientes são muito maiores do que comumente se imagina, **as decisões deveriam ser tomadas dentro e um**

¹³ Escritório de Avaliações Tecnológicas do Congresso dos Estados Unidos.

contexto holístico. As ações projetadas para atingir apenas metas estritamente definidas provavelmente serão contraproduativas;

7. **A natureza do estado global, futuro, quer pior do que o atual, não é predeterminada. Muito depende da rapidez com que as atuais tendências indesejáveis podem ser modificadas.** As ações realizadas logo (dentro das próximas duas décadas, mais ou menos) provavelmente serão mais eficazes e menos custosas do que as mesmas ações realizadas mais tarde. Por isso é necessário uma forte liderança e mais macroeducação (conforme foi vista em relação ao relatório do Clube de Roma, *No Limits To Learning*), pois, até um problema ficar evidente para todo mundo, pode ser tarde demais. (Odum, 1988: 346, grifos nossos)

Os grifos acima – que em tudo contradiz o *modus operandi* do desenvolvimento sustentável que mais se adapta às mudanças do capitalismo do que as contradiz, condiz com a sentença de Noam Chomsky que trata do fato que os *pool thinks* das elites de gestores não se envergonham em corroborar afirmações dos ditos “radicais” – desde que essas não cheguem ao grande público e não sejam colocadas em prática. (CHOMSKY, 2003) A história recente do capitalismo ocidental dos últimos 70 anos – sempre pensado a partir da dinâmica que parte dos países ricos –, desde o ocaso do Estado de Bem-Estar Social até sua fase atual de financeirização pós-fordista (que passa por sua primeira ou segunda crise de grandes proporções), não encontrou forma nenhuma de coadunar a seus interesses “decisões tomadas dentro de um contexto holístico” ou mesmo aos benefícios das “cooperativas de longo prazo”. Ao contrário: se fosse o caso de tomar tais proposições a sério, seria hora de considerar que o que a FIGURA 4 chama de “cornucópia socialista” de fato estabeleça algum tipo de sinergia secreta estabelecida pelos gestores do capital internacional.

Uma descrição lapidar e supostamente isenta ideologicamente, se encontra na sentença “o conceito de desenvolvimento sustentável é o resultado da crescente consciência das ligações globais entre crescentes problemas ambientais, questões sócio-econômicas a relacionada a pobreza, e a desigualdade e as preocupações sobre um futuro saudável da humanidade”. (HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN, 2005)¹⁴ Assim, fica evidente que a definição de desenvolvimento sustentável do *Relatório Brundtland* como um encontro "das necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas necessidades" (BRUNDTLAND, 1988) serviu como baliza para uma panaceia que, se

¹⁴ No original: The concept of sustainable development is the result of the growing awareness of the global links between mounting environmental problems, socio-economic issues to do with poverty and inequality and concerns about a healthy future of humanity.

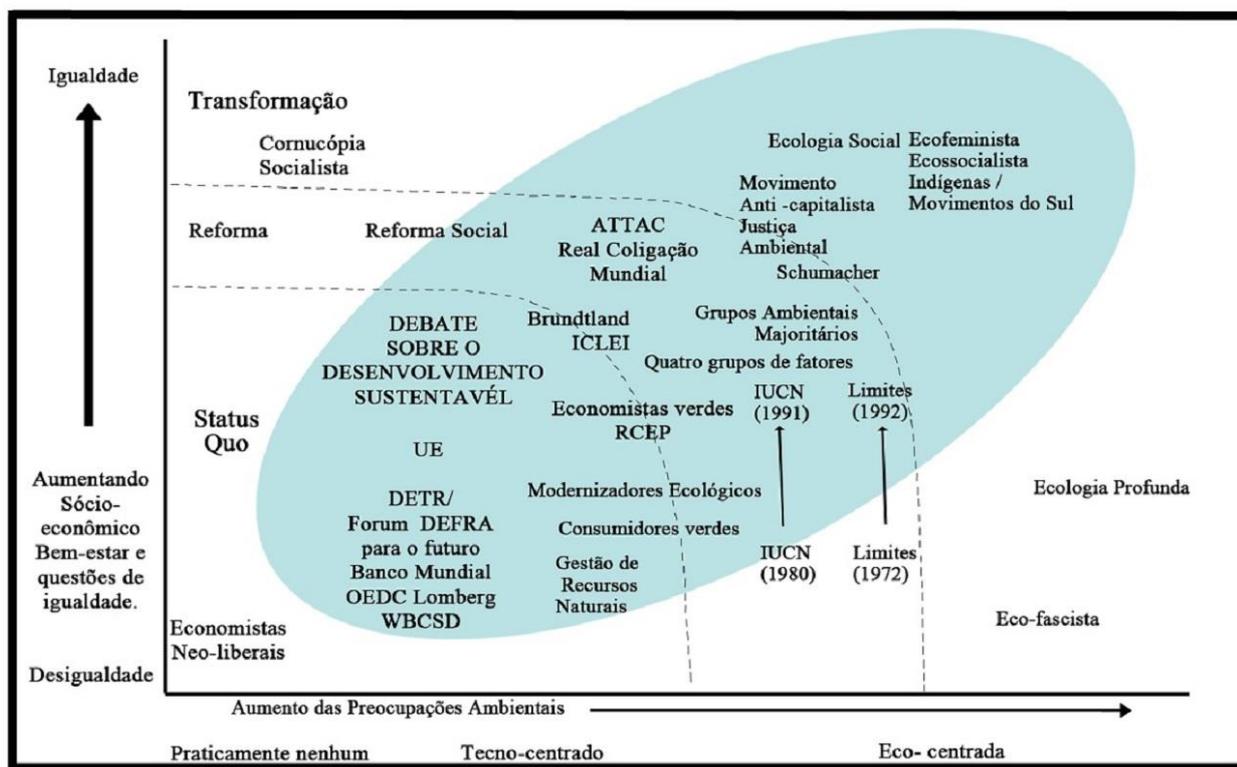
não começou com o citado relatório, ganhou contornos de verdade religiosa para todo o *mainstream* ambiental no Brasil (no qual impera desde sempre a visão reformista sobre o assunto) e no mundo.

Há entre seus defensores – os críticos, ao menos – quem admita que “quase sempre há colisão frontal entre as ações exigidas pelas políticas ambientais e as econômicas”. (VEIGA, 2005) Porém, o autor de tal assertiva conclui adiante dizendo que desenvolvimento sustentável não pode ser apreendido como apenas um conceito, mas como “uma forte expressão utópica que veio para ficar”. Para efeitos críticos, a ambiguidade de tal ponderação pode esclarecer muito sobre a “insustentabilidade” do termo, quando visto como expressão de sociedades que almejam qualidade ambiental. É fato que não faltam analistas céticos que dizem ser um desafio conciliar desenvolvimento sustentável com o aumento da integração do mundo em uma economia dominada globalmente por multinacionais nas mãos do chamado (a partir do Occupy Wall Street¹⁵) “1% do mundo”. É a ambiguidade já apontada nas assertivas de Brundtland, buscando ligar o termo “desenvolvimento sustentável” à panaceia do “crescimento rápido” que faz com que “empresas e governos sejam a favor da sustentabilidade sem qualquer desafio fundamental ao seu curso atual”, como explicam Hopwood, Mellor, O’Brien (2005).¹⁶

¹⁵ Ocupo Wall Street: movimento de caráter anticapitalista contra a desigualdade econômica e social, a ganância e corrupção das corporações e sua influência no setor financeiro, que se iniciou nos Estados Unidos em 17 de setembro de 2011 no Zuccotti Park e inspirou outros movimentos ao redor do mundo.

¹⁶ No original: “Brundtland's ambiguity allows business and governments to be in favour of sustainability without any fundamental challenge to their present course”.

Quando Bookchin (1994) diz que a Ecologia Social surge para "para propor uma alternativa holística, socialmente radical e teoricamente coerente aos consideravelmente tecnocráticos, reformistas e simplistas movimentos ambientalistas que atraíram atenção no centro da cena naquele momento"¹⁷ é tendo fundamentalmente em vista o analisado até aqui sobre a questão ambiental/ecológica e o pensamento reformista expresso na FIGURA 4 que dominavam as discussões sobre o tema.



"FONTE: HOPWOOD, MELLOR, O'BRIEN (2005)

Figura 4 – Espectro ideológico do Desenvolvimento Sustentável

O gráfico, orientado pela posição política (neo-liberais, *status-quo* – ou liberais, ao nosso entender –, reformistas e o que os autores chamam de “cornucópia socialista” e que preferimos chamar de “pós-capitalistas”)¹⁸. Além disso, a FIGURA 4 usa como eixos o quão orientadas ecologicamente são cada uma das teorias e sua busca por igualdade no plano social. De resto, a colocação de cada elemento dentro destes eixos nos parece razoavelmente

¹⁷ No original: “Proponer una alternativa holística, socialmente radical y teoricamente coerente a los considerablemente tecnocráticos, reformistas y simplistas movimientos medioambientalistas que acaparaban el centro de la escena en aquella época”.

¹⁸ Mesmo sabendo a indesejável ambiguidade que tal caracterização carrega. Porém, por outro lado, abarca experiências contemporâneas, como as áreas zapatistas e as comunidades mapuches, para ficar em 2 exemplos, que não se enquadram de forma confortável no que poderia ser chamado de “socialismo”.

adequada, apesar que os autores considerem todos os pontos de vista apresentados como “debatedores” em torno do desenvolvimento sustentável, o que nos parece bem discutível, ainda que, de fato, o domínio de tal ideia possa ter tomado como ponto de partida.

Algumas siglas menos conhecidas merecem tradução: WBCSD – Conselho Mundial de Negócios Para O Desenvolvimento Sustentável; Forum DEFRA – Fórum do Departamento De Meio Ambiente, Alimentos e Assuntos Rurais do Reino Unido; OEDC – Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico; RCEP – Parceria Regional de Compreensão Econômica (acordo de livre comércio do Sudeste Asiático); EU – União Europeia; IUCN – Associação Internacional Para Conservação da Natureza, e ATTAC – Associação Para Taxação de Transações Financeiras e Apoio aos Cidadãos.

4.2 ECOLOGIA SOCIAL: O CONTRAPONTO

A Ecologia Social se encontra em um ponto em que a igualdade econômica deve se equiparar ao peso que podemos esperar de proteção ao meio natural; se o equilíbrio é rompido entre as duas esferas, é a vida de forma mais generalizada que se ataca: por um lado por causar o acento na desigualdade entre os homens e, de outro, por impossibilitar, de forma mais extrema, a vida como um todo na Terra. É uma disciplina biopolítica, por natureza.¹⁹

Em artigo tratando do *ethos* e dos limites da chamada “ecologia política”, Philippe Van Parijs argumenta que essa linha ecológica, onde estaria inclusa a Ecologia Social, é uma tentativa de apreensão dos limites do crescimento, como “uma oportunidade de orientar a sociedade na direção que lhe parece ser a boa, de infletir seu rumo no sentido de seu projeto”. (De ROSE e Van PARIJS, 1997) Assim, essa cepa de entendimento ecológico representaria a “esfera autônoma no chamado Triângulo de Kolm (FIGURA 5, pág. 23), que seria a negação da esfera mercantil, representado pelo setor privado, e a esfera estatal, onde encontraríamos o setor público”.

¹⁹ Biopolítica é um campo que permite agregar, aproximar, associar setores da realidade relacionados com a vida, a natureza e o conhecimento, cujas mudanças ao longo do tempo foram provocadas pela indústria, pela ciência e pela tecnologia.

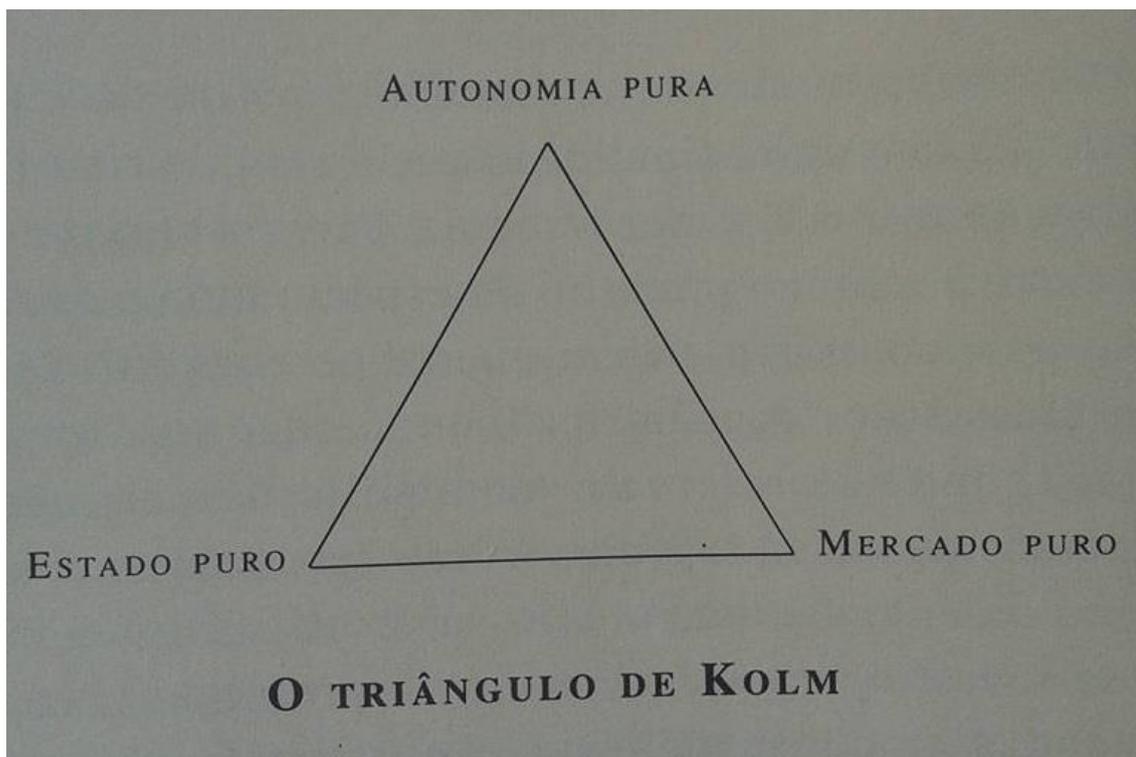


Figura 5 - Triângulo de Kolm

É possível uma “nova ordem ecológica” que não leve em conta alguma das três esferas da sociedade? Absolutamente, não. Bookchin tem noção total do absurdo de tal proposição, que somente encontra assento na Ecologia Profunda ou no Eco-fascismo, e costuma recorrer ao experimento das coletivizações massivas em parte da Espanha durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). No prólogo da edição espanhola de seu clássico *Os Limites da Cidade* (*The Limits Of The City*), Bookchin explica que:

“O ideal dos primitivos federalistas espanhóis e seus sucessores libertários de levar o espírito de solidariedade e ajuda mútua dos povos aos bairros urbanos e fábricas da Espanha – e, sem dúvidas à organizações populares para a transformação social, como os sindicatos anarquistas – constitui o impulso mais regenerador e esperançoso na atualidade. Um impulso que coincide, além disso, com a ênfase popular colocada na descentralização, escala humana e controle popular que é expresso hoje de forma crescente nos Estados Unidos e Europa Ocidental”. (BOOKCHIN, 1974:3)

Braidotti et al (1994: 158) sintetiza o projeto dos ecologistas sociais:

“Bookchin e outros ecologistas sociais postulam a necessidade de mudanças radicais no sentido de transformações ecológicas da sociedade. Estas mudanças incluem a adoção de arranjos de comunidades em escala social, descentralização, democracia

participativa e de tomada de decisão baseada em consenso, segundo o qual a autoridade final é no nível da comunidade, o nível da experiência vivida”.²⁰

Trataremos da questão da tecnologia, capitalismo *versus* meio ambiente, a forma econômica para alcançar a Ecologia Social, sua filosofia geral e sua posição antiestatal. A fim de maior compreensão, um quadro comparativo (FIGURA 6) entre Ecologia Social e Desenvolvimento Sustentável:

²⁰ No original: “Bookchin and others social ecologists postulate the need for radical changes towards ecological transformations of society. These changes include the adoption of small community scale social arrangements, decentralization, participatory democracy and decision-making based in consensus, whereby ultimate authority is at the community level, the level of lived experience”.

| QUADRO COMPARATIVO ENTRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E ECOLOGIA SOCIAL | | |
|---|---------------------------------------|---------------------------------------|
| ONDE/COMO EXISTE | DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL | ECOLOGIA SOCIAL |
| Sistema Político | Capitalismo | Pós-Capitalista |
| Ideologia | Social Democracia/ Neoliberalismo | Comunalista |
| Enfoque | Antropocêntrico | Holístico |
| Norte | Lucro tem preponderância | Homem/ Natureza |
| Legislação | De cima (União) abaixo (Município) | Federativismo (município é o foco) |
| Organização | Centralizada/ Vertical | Descentralizada/ horizontal |
| Orientação Econômica | Desenvolvimentista | Decrescimento |
| Local de ação | Urbe | Comunas, pequenas cidades |
| Ator Social | Gestor/Estado | Cidadão/ Anti-estatal |
| Perspectiva | Realista | Utópica |
| Cultura | Autoritária/ Falocêntrica | Libertária/ Feminina |

Figura 6- Desenvolvimento Sustentável vs Ecologia Social

4.2.1 Tecnologia e Ecologia Social

No desenvolvimento sustentável, a tecnologia nunca é um problema em si: é sempre uma possível solução. A dialética nos explica que sempre que uma posição é

apresentada como neutra e/ou infalível, implicitamente coloca na sombra uma ideologia subjacente. No caso brasileiro, a ideologia neodesenvolvimentista.

A crítica à técnica é antiga, e somente na tradição crítica de esquerda encontramos considerações bem conhecidas, de Ivan Illich a Jacques Ellul, de Walter Benjamin a André Gorz. Todos estes autores não compactuam com a neutralidade ou a pureza da ciência e da técnica, “simples instrumentos [que fazem parte] do imaginário social instituinte e dominante de nossa época”. (CASTORIADIS e COHN BENDIT, 1981)²¹

A técnica não existe *per se*, assim como “não são naturais a agricultura e a alimentação tratadas de uma forma química ou produzidas sinteticamente, nos explica Bookchin (ALBERT et al, 2004). O próprio autor no mesmo texto, “Autogestão e Tecnologias Alternativas” nos diz que:

“As instituições, os valores, os códigos culturais empregues pelos seres humanos são, com efeito, muito mais reticentes à mudança do que, propriamente, os instrumentos que os materializam. A ‘neutralidade’ da técnica sobre as relações sociais é apenas mais um mito. Ela, a técnica, mergulha num universo social de intenções, de necessidades, de desejos e intenções”. (Albert et al, 2004: 52)

Evidentemente não é retórica ou resolução moral que resolve os paradoxos que a questão da técnica apresenta. Porém, Milton Santos já preconizava que as melhores soluções para os problemas do mundo viriam dos lugares onde se enfrentam as maiores desigualdades. Bookchin dedicou, ainda em 1977, um capítulo todo para o que chamava de tecnologias libertadoras em seu livro *Post-Scarcity Anarchism*. Nele, além da agroecologia (que em nossa opinião é a única agricultura possível em uma sociedade ecologicamente e igualitariamente orientada), o autor estadunidense trata das hortas comunitárias nos guetos de Nova Iorque, dos painéis de energia solar semiartesanais, dentre diversas outras técnicas.²²

A discussão em Bookchin encontra reflexos nas proposições da Rede de Tecnologia Social (RTS), organização internacional com presença no Brasil. Renato Dagnani, faz uma distinção entre Tecnologia Convencional (TC), que podemos considerar como o meio dileto do desenvolvimento sustentável, e a Tecnologia Social (TS), que entendemos como sinônimo das tecnologias libertadoras de Bookchin e que pode ser expressa no quadro a seguir:

²¹ Para uma discussão abrangente sobre a questão da ciência e da técnica e a posição de autores como Illich e Gorz, tendo em vista a soberania do carro em nossa sociedade, ver *Apocalipse Motorizado – A Tirania do Automóvel Em Um Planeta Poluído*, organizado por Ned Ludd, lançado em 2004 pela Conrad Editora.

²² Em um evento onde uma liderança local do MST estava presente, lembro-me de uma fala dele que não me esqueço: “Mandala [uma técnica agroecológica de pequenas proporções] a gente já sabe fazer. O desafio agora é fazer ‘mandalões’ pra alimentar esse país”. Acho uma boa pensata sobre o tema.

| Tecnologia Convencional (TC) | Tecnologia Social (TS) |
|---|---|
| Possui escalas ótimas de produção sempre crescentes | Adaptada a pequeno tamanho físico e financeiro |
| Ambientalmente insustentável | Não discriminatória (patrão X empregado) |
| Intensiva em insumos sintéticos e produzidos por grandes empresas | Liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto |
| Segmentada: não permite controle do produtor direto | Viável para empreendimentos econômicos autogestionários e pequenas empresas |

Fonte: Adaptado de Dagnino, 2004.

O capitalismo informacional ajudou a colocar um embate quase invisível no exato momento é realizado o presente trabalho: software livre (tecnologia social) ou software proprietário (tecnologia convencional)? O embate entre estas duas esferas perpassa a vida cotidiana de modos surpreendentes, mas ultrapassa as possibilidades deste trabalho.

É importante ressaltar que a posição de Bookchin, em absoluto, não é uma posição antitecnologia, primitivista:

“Atribuir toda a culpa dos nossos problemas ecológicos à tecnologia ou à mentalidade tecnocrática” e ao crescimento demográfico (para citar dois dos argumentos que mais frequentemente emergem nos *mass media*) é como castigar a porta que nos entalou ou o cimento em que caímos e nos magoamos. “A tecnologia – mesmo a má, como os reatores nucleares – amplifica problemas existentes, não os cria” (BOOKCHIN, 1998b: 102-103).

4.2.2 Capitalismo versus Meio Ambiente

Vejamos a Lei 11.284/06, a “Lei das Florestas Públicas”, que “dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Serviço Florestal Brasileiro (SFB); cria do Fundo Nacional do Desenvolvimento Florestal (FNDF)”. Em seu artigo 2º, temos exemplo suficiente do quão excludentes são capitalismo e/ou desenvolvimento sustentável e meio ambiente:

Art. 2º Constituem princípios da gestão de florestas públicas:

I - a proteção dos ecossistemas, do solo, da água, da biodiversidade e valores culturais associados, bem como do patrimônio público;

II - o estabelecimento de atividades que promovam o uso eficiente e racional das florestas e que contribuam para o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável local, regional e de todo o País;

III - o respeito ao direito da população, em especial das comunidades locais, de acesso às florestas públicas e aos benefícios decorrentes de seu uso e conservação;

IV - a promoção do processamento local e o incentivo ao incremento da agregação de valor aos produtos e serviços da floresta, bem como à diversificação industrial, ao desenvolvimento tecnológico, à utilização e à capacitação de empreendedores locais e da mão-de-obra regional;

V - o acesso livre de qualquer indivíduo às informações referentes à gestão de florestas públicas, nos termos da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003;

VI - a promoção e difusão da pesquisa florestal, faunística e edáfica, relacionada à conservação, à recuperação e ao uso sustentável das florestas;

VII - o fomento ao conhecimento e a promoção da conscientização da população sobre a importância da conservação, da recuperação e do manejo sustentável dos recursos florestais;

VIII - a garantia de condições estáveis e seguras que estimulem investimentos de longo prazo no manejo, na conservação e na recuperação das florestas.

Esta lei é um caso típico da desfaçatez que caracteriza as relações escusas entre capital privado e poder público. Tudo aponta em sua postulação para uma racionalização no uso do bem natural (no caso, florestas), de forma que garanta o desfrute “para as futuras gerações”. Porém, através do FNDF, foram criados os *Planos de Manejo Florestal Sustentável de Base Comunitária*, cuja ampliação entre 2010 a 2014 aumenta a área de exploração madeireira para 280 mil hectares. O problema, para Elder Andrade de Paula, autor de *(Des)envolvimento Insustentável na Amazônia Ocidental* (2013) é que a exploração pouco tem de comunitária. Como a tecnologia (convencional, evidentemente) para o corte massivo de madeira não foi proporcionada para os “comunitários”, são as grandes empresas madeireiras. As comunidades veem as madeiras mais valiosas saírem de suas áreas com participação quase nula, numa relação em que as famílias recebem cerca de 800 reais mensais, numa relação em que o metro cúbico de madeira certificada no município de Rio Branco custa 600 reais e a média mensal de extração dessa madeira seria de 40 metros cúbicos. (PAULA,

2013) A exploração é regional, mas o lucro e o desenvolvimento econômico vão para bem longe²³. Não sem razão, Camargo (2013) apontou que uma das maiores controvérsias em torno do desenvolvimento sustentável “é se poderia de fato o desenvolvimento ser ‘sustentável’ na sociedade industrial capitalista que conhecemos – o que desperta a questão ainda mais fundamental da necessidade de transformação radical de nosso modelo de civilização”.

Na lógica de Bookchin, a centralização do poder (e o efeito cascata da legislação brasileira no caso sob estudo, partindo do geral ao particular) e sua inerente burocratização leva, no melhor dos casos, a distorções, e no pior, à tirania e a corrupção.

Numa economia capitalista, invariavelmente (e podemos pensar a experiência de “socialismo real” em termos de “capitalismo de Estado”, como sugerem muitos marxistas heterodoxos), a riqueza financeira se concentra em mãos de poucos, da iniciativa privada. Bookchin, por sua vez, costumava mirar no exemplo da pólis grega dos tempos de Péricles, nas comunas feudais e nas coletivizações espanholas durante a Guerra Civil como ‘modelos’ inspiradores para um arranjo social que comportasse a Ecologia Social. Janet Biehl, companheira e maior divulgadora da obra de Bookchin, sintetiza dizendo que:

“a alternativa a esta [sociedade capitalista] é uma economia social, na qual a propriedade dos bens, em toda a parte, se reparta à sociedade em seu conjunto. A intenção é criar uma sociedade alternativa, que coloque a vida econômica diretamente nas mãos de homens e mulheres que estão vitalmente envolvidas no dito sistema social” (BIEHL, 2015)²⁴.

4.2.3 Economia da Ecologia Social

Um autor do campo reformista como Veiga (1993) não tem problemas em admitir que “a valoração econômica dos elementos do meio ambiente tem sido tentada como se fosse o único caminho possível para que se alcance um planejamento das ações governamentais compatível com a aspiração a um desenvolvimento sustentável”. E muitos economistas, como elencados por Eugene P. Odum em seu clássico *Ecologia* (1983) – inclusive dentro da

²³ Um estudo interessante sobre a Lei de Florestas Públicas: POSTALI, Fernando Antônio; NISHIJIMA, Marislei: *A Lei de Gestão de Florestas Públicas no Brasil e os Incentivos das Modalidades de Preço Florestal Sobre a Extração Madeireira*. XXXII Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, 2008.

²⁴ No original: The alternative is a social economy, in which ownership of such property—wholly or in part—is shifted to the society as a whole. The intention is to create an alternative society, to put economic life directly into the hands of the men and women who are vitally involved with it.

discussão econômica já há inclusive o termo “economia verde”, cada vez mais presente no debate público no Brasil e no mundo.

Bookchin trata da questão econômica, respondendo-a: ao invés da pura e simples valoração ambiental (que ao fim e ao cabo não é compatível com a competição capitalista, como veremos no estudo de caso), elenca três eixos de ação, como explica Janet Biehl: cooperativismo, propriedade pública e municipalização da economia:

“(…) Bookchin disse que, em uma economia municipalizada, “a economia deixar de ser apenas uma economia, no sentido estrito da palavra, quer como ‘negócio’, ‘mercado’, ‘empresas controladas pelos trabalhadores’ e se torna uma verdadeira economia política

(…)

Uma economia alternativa socializada seria aquela que se restringiria a busca por benefícios para uma elite, ou melhor eliminá-los. Dado que as unidades econômicas são incapazes de conter a sua própria busca do lucro a partir de dentro, eles devem estar sujeitos a restrições de fora”.²⁵ (BIEHL, “La municipalización da Economía”, s/d)

Bookchin enxergava o cooperativismo como uma alternativa prática à necessária descentralização da sociedade, e foi um entusiasta fervoroso deste modelo durante o apogeu das cooperativas praticadas por centenas de grupos da Nova Esquerda nos Estados Unidos nos anos 1970 e 80. Mas a prática histórica fez com que revisasse essa posição:

“(…) Nenhuma cooperativa de alimentação substituirá jamais as grandes cadeias de produtoras alimentares, e nenhuma fazenda de agricultura biológica [o termo usado para se referir à agroecologia] substituirá o agronegócio sem que haja mudanças fundamentais na sociedade em geral. (...) Elas podem ser focos de resistência indispensáveis para enfrentar os novos desafios com que hoje se confronta uma oposição revolucionária. Mas a noção proudhoniana de que elas seriam o manancial material de uma nova sociedade que irá gradualmente substituir a velha é totalmente mítica – ou pior, obscurantista”. (BOOKCHIN, 2010: 33)

4.2.4 Holismo versus Antropocentrismo

²⁵ No original “Bookchin explicó, en una economía municipalizada, “la economía deja de ser meramente una economía en el sentido estricto de la palabra, ya sea como “negocio”, “mercado”, “empresas controladas por los trabajadores” y pasa a convertirse en una verdadera economía política. Una economía alternativa socializada sería una en la que tendrían que estar restringidas la búsqueda de los beneficios para una élite, o mejor eliminados. Dado que las unidades económicas son incapaces de contener su propia búsqueda de ganancias desde dentro, deben ser sometidas a restricciones desde fuera”.

A oposição de Bookchin a uma sociedade antropocêntrica parte basicamente de uma observação muito detida da filosofia da natureza que observa, da Antiguidade Grega até o Renascimento, a natureza não era considerada como elemento exterior ao homem:

“Pelo contrário, o espírito humano era apenas considerado como uma pequena parte, e talvez pouco importante, do *logos* cósmico e universal, onde se decidiam os critérios objetivos que determinavam as concepções do bem e do mal, da justiça e da injustiça, da beleza e da fealdade, do amor e do ódio e de um número sem fim de valores destinados a guiarem o homem”. (BOOKCHIN, 1998b: 65-66)

A partir de Bacon, que Bookchin considera como um pensador que realizou a união “da catedral e do laboratório” ao enraizar um preconceito antinaturalista e antipagão e que “substituiu de modo quase absoluto a riqueza e a complexidade da visão greco-romana por um incolor traço divino, um sobrenatural único e, por isso mesmo, empobrecido” (BOOKCHIN, 1998b). Bookchin retoma, em chave materialista, o holismo de Heráclito, o Obscuro, e seu influente *Sobre a Natureza*, de onde deriva uma abordagem profundamente ética, a Social Ecologia, que, inicialmente foi descrita como Naturalismo Dialético²⁶. Segundo Hopwood, Mellor e O’Brien (2005), para Bookchin, “a humanidade e a natureza estão em relação dialética e a preocupação ambiental precisa estar enraizada na crítica social e em uma visão de reconstrução social.”²⁷ Na opinião de Bookchin, como explica Padovan (1999), “uma ética ecológica deve associar sociedade com a ecologia e cultura com a natureza, porque somente desta forma a sociedade deixaria de ser um fato social *sui generis*, separado e antagonista à Natureza, como descrito por Durkheim”²⁸. A influência da *Ética*, obra inacabada de Kropotkin²⁹ em Bookchin e na sua visão sobre o mesmo assunto não só é consciente – reconhecida, por exemplo, na introdução de seu *The Limits Of The City* – como é acentuada por grande parte dos comentaristas de sua obra citados neste trabalho.

Como fica claro, o holismo de Bookchin não leva a um misticismo panteísta ligado às “forças da natureza”, típico de algumas correntes ecológicas *new age*: o foco é sempre a luta social. Dessa forma, Braidotti (1994) diz que “a obra de Bookchin revela ligações entre a dominação da natureza e a dominação das pessoas, incluindo a construção

²⁶ Bookchin, certamente, fazia menção direta a Heráclito nessa nomenclatura, já que o filósofo pré-socrático é também o “pai da dialética”.

²⁷ No original: humanity and nature are in dialectical relationship and environmental concern needs to be 'rooted in social criticism and vision of social reconstruction.

²⁸ No original: In Bookchin's opinion an ecological Ethics should associate society with ecology and culture with Nature, because only in this way can society cease to be the *sui generis* social fact, separated from and antagonista to Nature, as described by Durkheim.”.

²⁹ Piotr Alexeyevich Kropotkin (1842-1921), renomado geógrafo, escritor e ativista político russo, um dos mais importantes nomes do anarquismo e um de seus pensadores mais respeitados em círculos intelectuais para além desta ideologia. *A Conquista do Pão e Apoio Mútuo: Um Fator de Evolução* são duas de suas maiores obras.

hierárquica das relações de gênero e, portanto, permite a conexão de projetos ecológicos e feministas³⁰. É uma visão inerentemente epistemológica e social da modernidade.

4.2.5 Uma Alternativa Antiestatal

Não é mero acaso que uma tentativa inovadora de democracia direta em larga escala que talvez só encontre “irmão” no levante zapatista no México (FIGUEIREDO, 2006) – como os cantões curdos (a saber: Afrin, Jazira e Kobane) –, venham experimentando um tipo de governo contrário à existência de um Estado-Nação, chamadas Comunidades Autônomas Democráticas (ÖCALAN, 2015). Em sua Carta Magna (ou “Carta de Contrato Social” como a chamam) de 96 artigos, os curdos estabelecem um sistema político “ecológico e anti-patriarcal” (ÖCALAN, 2015), chamado de Confederalismo Democrático, que contém elementos marcantes do Comunalismo e da Ecologia Social de Bookchin, a quem expressam admiração e reconhecem a influência (ver BIEHL, ENZINNA, GRAEBER, JONG, HARVEY e ROSS).

O antiestatismo de Bookchin é totalmente ligado a suas raízes anarquistas – mesmo que tenha abandonado esta ideologia, assim como o fez com o trotskismo anteriormente, e passado a se denominar simplesmente como “comunalista” em seus últimos anos³¹.

O Estado para os anarquistas não é a evolução natural da organização social, onde sociedade e Estado são um ente único (ATAIDES, 2014). As comunas da Europa renascentista, por exemplo, detinham extraordinária autonomia em relação aos seus senhores feudais. O Estado é uma realização, no Ocidente, decorrente da centralização de poder das coroas europeias e se realiza plenamente com a ascensão da burguesia. Isto tudo encontramos nos manuais escolares, é verdade. Porém, a crítica anarquista, como a de Kropotkin (apud ATAIDES, 2014:160-161) é pouco conhecida:

“(…) Nós vemos no Estado uma instituição desenvolvida através da história das sociedades humanas para impedir a união direta entre os homens, para entravar o desenvolvimento da iniciativa local e individual, para aniquilar liberdades que

³⁰ No original: Bookchin’s work reveal connections between the domination of nature and domination of people, including the hierarchical construction of gender relations, and therefore allows for connection for ecological and feminists projects.

³¹ Sua ruptura começa, basicamente, por discordar de correntes irracionistas e individualistas do anarquismo, sobretudo nos Estados Unidos. Seu dissabor com estas correntes foi exposto em BOOKCHIN, Murray. Anarquismo: crítica e autocrítica. São Paulo: Hedra, 2011.

existem, para impedir a sua nova eclosão e para submeter as massas aos interesses egoístas e ambições das minorias ociosas e autoritárias. (...) compreendemos e convencer-nos-emos de que uma instituição social não pode corresponder a todos os fins que desejamos, visto que cada órgão que essa mesma instituição possui foi criado para exercer tal ou qual função, com este ou aquele objetivo, e não com o fim de atender a todos os objetivos possíveis”. (KROPOTKIN, 2005)

O Estado é a antítese total de seu projeto comunalista: “A cidade e o Estado não se identificam”. As suas origens são diversas e os seus papéis históricos diferentes. O fato de o Estado permear hoje todos os aspectos da vida, da família à fábrica, do sindicato à cidade, não significa que se deva abandonar toda e qualquer forma de relação humana (BOOKCHIN, 2010).

Como muda o foco de orientação organizacional da sociedade, também há uma redefinição da ideia de democracia: passamos da democracia representativa para a democracia direta:

“Por democracia, evidentemente, eu não quero dizer qualquer forma de governo representativo’, mas democracia face a face. No que diz respeito a suas origens na Atenas clássica, democracia, como eu a utilizo, é ideia de gestão direta da polis pelos seus cidadãos em assembleias populares – o que não deve ocultar que a democracia ateniense era marcada pelo patriarcado, escravidão, pelo domínio de classe e pela restrição da cidadania aos homens de origem ateniense comprovada. (...) A democracia, genericamente definida, é então a gestão direta da sociedade em assembleias face a face na qual a política é formulada pelos cidadãos residentes e a administração é executada por conselhos delegados e mandatários”. (BOOKCHIN, 2010: 61)

A estrutura da sociedade em que é possível a ecologia social é a sociedade horizontal, das tomadas de decisão de base, em oposição à verticalidade e tomadas de decisão por cima, por uma cúpula de eleitos. Dessa forma, não há escolhas possíveis sem a consulta e o consentimento das diversas localidades. Evidente que o mundo comunalista não seria um oásis de isolamento contrário a mudanças econômicas: nem privatização ou estatização, a proposta de Bookchin é a municipalização econômica para “nela incluir uma democracia comunal direta que se ampliará sob formas confederais, prevendo igualmente uma abordagem diferente da economia” e propondo ainda “que a terra e as empresas sejam postas de modo crescente à disposição da comunidade (...)”. (BOOKCHIN, BOINO, ENCKELL, 2003)

O princípio 3º do Confederalismo Democrático curdo, descreve de forma primorosa como se daria o antiestatismo na prática, em termos de representatividade:

“O Confederalismo Democrático se baseia na participação de base. Seus processos de tomada de decisões acontecem na comunidade. Os níveis superiores só servem à coordenação e implementação da vontade das comunidades quem enviaram seus delegados às assembleias gerais. Durante um lapso limitado de tempo são tanto porta-

vozes como instituição executiva. Porém, o poder de decisão básico se sustenta sobre as instituições locais de base”. (ÖCALAN, 2015: s/n)³²

4.2.6 Estudo de Caso

Partindo do levantamento de valores financeiros recebidos por municípios situados no chamado Quadrilátero Ferrífero, em Minas Gerais, Euclides (2013) relativiza o potencial do ICMS Ecológico em contraponto ao da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), um repassado pelo Estado e o outro pela União, de incentivar os municípios mineradores a criarem ou apoiarem Unidades de Conservação (UC). Em linhas gerais, os dois valores criam um cisma intransponível entre os interesses das mineradoras de um lado e os movimentos ambientalistas de outro, sendo que, como era de se esperar, tendo toda nossa argumentação ao longo deste trabalho, a balança (financeira) pesa evidentemente para o lado do lucro das mineradoras.

O Quadrilátero Ferrífero é uma das mais importantes áreas mineradoras do mundo, o que caracterizaria o interesse global. Por outro lado, dadas suas características geomorfológicas, de elevadas altitudes e formações ferríferas únicas, apresenta um ecossistema particular e de suma importância para o equilíbrio ecológico não só do local em si, mas de toda macrorregião. Costa (apud EUCLYDES) caracteriza a região como sendo de importância biológica máxima, não só pela alta incidência de espécies endêmicas, mas também porque é uma área extremamente propícia a formação de mananciais superficiais e subterrâneos, de alto interesse na questão de abastecimento metropolitano de água – o que deve adquirir cada vez mais importância dada a chamada “crise hídrica” recente. Assim, caracterizaria o interesse local na questão.

A política ambiental brasileira, com interesse de mediação dos conflitos deste tipo, trabalha com dois tipos de mecanismos: “comando e controle”. Estes mecanismos podem ser entendidos como:

“Regras definidas para o uso de recursos ambientais, o estabelecimento de padrões de emissão de poluentes para fontes específicas, a concessão de licenças para atividades potencialmente poluentes, o controle de

³² No original: “El Confederalismo Democrático se basa en la participación de base. Sus procesos de toma de decisiones nacen en la comunidad. Los niveles superiores sólo sirven a la coordinación e implementación de la voluntad de las comunidades que envían a sus delegados a las asambleas generales. Durante un lapso limitado de tempo son tanto portavoz como institución ejecutiva. Sin embargo, el poder de decisión básico se sostiene sobre las instituciones locales de base.

equipamentos, processos, insumos, produtos, entre outros. Já os instrumentos econômicos relacionados à política ambiental se referem a práticas como a instituição **de tributos referentes aos impactos ambientais ou a criação de incentivos fiscais para estimular o empreendedor a tomar medidas ambientalmente adequadas**[grifos nossos]”. (EUCLYDES, 2013: 1083)

Os mecanismos de comando e controle são instrumentos que se consolidaram a partir da Agenda 21, documento amplamente utilizado, ao menos no Ocidente, por boa parte dos países participantes da ECO – 92, que se comprometeram a seguir suas orientações. Na Agenda 21 brasileira são elencadas iniciativas em relação a uma política ambiental que efetivamente promova responsabilidades entre os entes da federação e iniciativas que incentivem as atividades sustentáveis. No âmbito mineiro, podemos identificar algumas leis e normativas que trabalham na direção do “comando e controle”, dentre as quais vale citar a Lei Florestal Mineira (Lei Estadual 14.309/02), a Deliberação Normativa nº74/04 estabelecida pelo COPAM, a “Bolsa Verde” (Lei Estadual 17.727/08), que concede incentivo financeiro aos proprietários e posseiros comprometidos com preservação e recuperação de vegetação nativa. O ICMS Ecológico foi o primeiro dentre os dispositivos “herdeiros” da Agenda 21 e foi criado pela Lei Estadual 12.040/95. Em Minas, este dispositivo “contempla os municípios que possuem unidades de Conservação (UC) ou fragmentos de mata seca em que seus territórios ou que realizam tratamento e disposição final adequada de lixo ou esgoto”. (EUCLYDES, 2013)

Como o trabalho de Euclides aponta de maneira exaustiva no estudo que contempla todos os municípios do Quadrilátero Ferrífero, a forma como o ICMS Ecológico e o CFEM trabalham sob os tributos estaduais e federais simplesmente faz com que pouca valia tenham os incentivos a favor da manutenção do Meio Ambiente. Vejamos a tabela abaixo, considerando os valores arrecadados pelos municípios do Quadrilátero Ferrífero [abaixo, apenas 3] relativos ao ICMS Ecológico e ao CFEM no primeiro semestre de 2010:

Quadro 1- (EUCLYDES, 2013:1089)

| Município | ICMS Ecológico | CFEM |
|------------------|-----------------------|-------------|
|------------------|-----------------------|-------------|

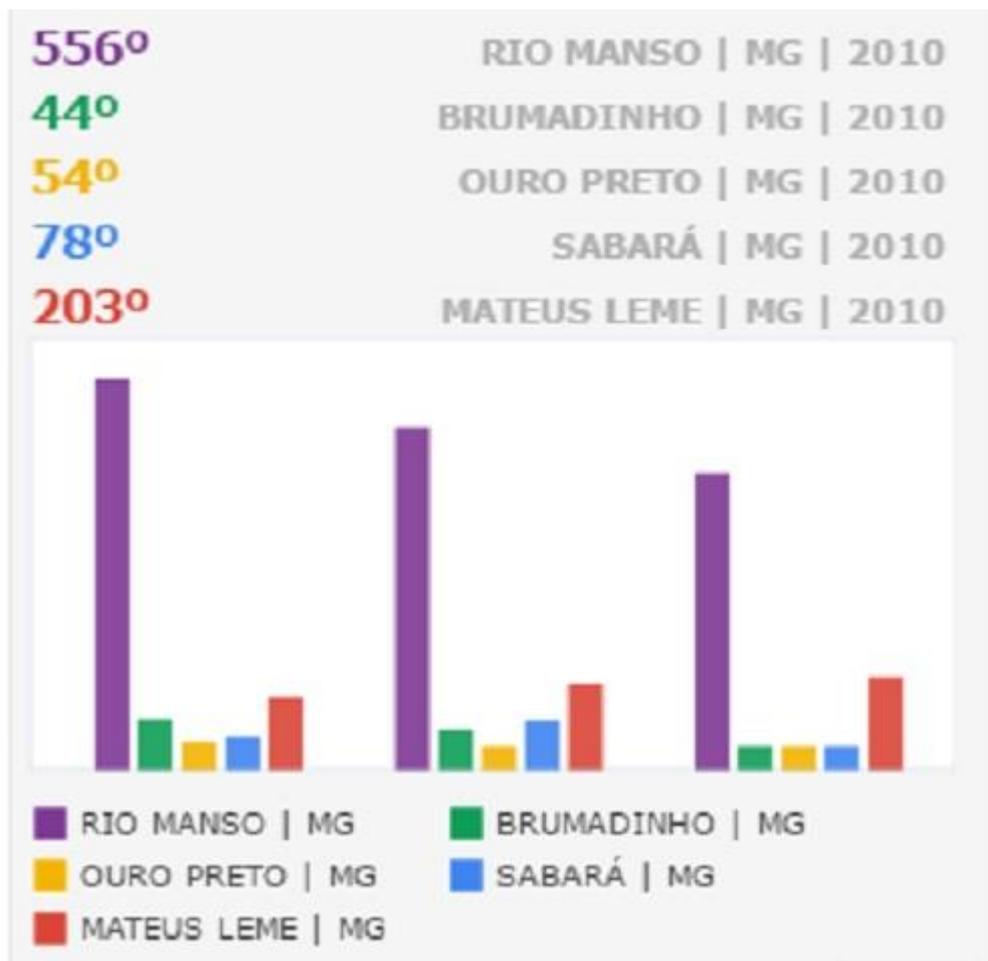
| | | |
|-------------|-----------|--------------|
| Brumadinho | 23.268,86 | 5.715.898,60 |
| Ouro Preto | 20.818,61 | 4.721.461,65 |
| Sabará | 340,09 | 2.180.348,81 |
| Mateus Leme | 51.454,66 | 1.047.475,92 |

Dentre os 34 municípios estudados (usando dados oficiais da Fundação João Pinheiro e do Departamento Nacional de Produção Natural – DNPN), somente dois municípios, dentre os que arrecadam tanto um incentivo quanto o outro, tiveram valores de ICMS Ecológico maiores que os do CFEM: Ibitaré e Rio Manso. Os quatro municípios escolhidos como exemplo para este trabalho representam uma média dentre os demais a respeito da discrepância de valores entre os dois valores elencados. O valor do CFEM é cerca de 100 vezes o do ICMS Ecológico.

O estudo não considera um cruzamento de dados relativo ao IDH dos municípios, para um levantamento relativo à qualidade de vida. Mesmo que desconsiderando outros quesitos muito relevantes para a região – como o potencial turístico –, usamos os mesmos quatro municípios para realizar um comparativo de IDH relacionado ao ranking estadual, com dados de 2010, do Atlas do Desenvolvimento Humano³³:

Tabela 2- Série histórica: 1991, 2000 e 2010, respectivamente.

³³ <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/> (Acessado em 15/09/2016)



O cruzamento, que só respondeu ao estímulo da média de arrecadação usado na tabela anterior, tende a favorecer a conclusão da autora do artigo, que enxerga que diante do conflito estabelecido pela análise dos dois dados:

“a indústria mineral tem a seu favor a CFEM, que pode multiplicar a arrecadação municipal, o que tende a angariar a simpatia dos governos locais. De outro lado, os movimentos ambientalistas contam apenas com o apelo ao senso ecológico da população e ao fato de que a exploração mineral da região pode comprometer o abastecimento de água da região metropolitana, que depende dos mananciais ali situados”. (EUCLYDES, 2010: 1090)

A conclusão da autora é que seu trabalho pode trazer algum aprimoramento da política ambiental nacional e mineira com o intuito de “realizar importantes ajustes”.

Da perspectiva da Ecologia Social, o fato de que em quase 25 anos desde a Eco 92 esses “ajustes” não foram realizados seria um termômetro para afirmar que não estão no horizonte das decisões das cúpulas políticas tais ajustes? Ou mesmo que o cruzamento entre incentivos fiscais estaduais e nacionais tão conflitantes mostram um desajuste entre um poder e outro? Várias conclusões de uma perspectiva da Ecologia Social podem ser tiradas de tal

estudo – e este trabalho se pretendeu exaustivo em apontar caminhos para responder aos ditames do Desenvolvimento Sustentável. Uma sociedade extremamente hierarquizada e burocratizada, pautada em tecnologias excludentes (seria possível para as populações do Quadrilátero dominar tecnologias de mineração sem intermediários) e uma visão de governança em que o lucro prevalece sobre as pessoas certamente não contribuem em nada para uma resolução do conflito apontado pela autora do artigo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Leis (1991), o desafio ecológico que enfrenta a humanidade consiste em “encontrar, em um difícil contexto teórico-prático, as respostas que tenham capacidade efetiva para preservar a biosfera e produzir uma relação sociedade-natureza equilibrada”.

Parece-nos que o uso do termo desenvolvimento sustentável tem sido até hoje extremamente útil para ocultar aquilo que ele de fato produz: a insustentabilidade, o desequilíbrio e a desigualdade social. No primeiro apogeu do capitalismo, baseado em preceitos filosóficos do cristianismo de um lado, e de anseios bem pragmáticos da burguesia de outro, criaram-se os fundamentos para que, no século XX, pudessem nos fazer acreditar que seria possível compatibilizar a conservação dos bens naturais com a lucratividade do capital. Nesse contexto, não há boas intenções e ideias que sobrevivam. Por isso é necessário uma visão que nos leve a raiz da problemática ambiental. Há um trecho de um manifesto dirigido aos ecologistas estadunidenses nos anos 1980, redigido por Biehl e Bookchin (“Capitalism, Consensus and Theistic Spirituality”, s/d), que fala que o capitalismo “remove todos os limites ao crescimento que podem ter existido no passado e que estão idealmente avançados pelos chamados economistas *steady-state*. Há uma maneira muito simples de ser ‘moral’ na economia capitalista: a saber, cometer suicídio econômico”.³⁴ (BIEHL e BOOKCHIN, s/d)

³⁴ “It removes all limits to growth that may have existed in the past and that are ideally advanced by so-called “steady-state” economists. There is a very simple way to be “moral” in the capitalist economy: namely, to commit economic suicide”.

Dessa forma, a Ecologia Social não quer apenas a incorporação de um parágrafo em documentos, de um slogan ou etiqueta em projetos ou produtos econômicos e sociais. A Ecologia Social almeja, e por isso foi o instrumento crítico escolhido para este trabalho, “realizar uma análise em profundidade do caminho em que a sociedade emergiu da Natureza, das continuidades e discontinuidades que existem entre os dois, de uma ciência e uma tecnologia que concordam com estas reflexões e, por último, da Ética cujas bases se encontram na Natureza e na Racionalidade Humana”. (PADOVAN,1999: s/n^o)³⁵ Parafraçando o título da recém-lançada biografia de Bookchin, ou escolhemos uma ecologia de fato ou a catástrofe³⁶.

Políticas Públicas tratam, invariavelmente, de vida vivida, arranjos sociais e de formulações coletivas realizadas de fato; não são palco de prospecções ou perspectivas visionárias. A opção por não usar o ferramental do vocabulário do universo próprio ao desenvolvimento sustentável surgiu como um ataque a um pragmatismo de curto alcance presente no saber científico de nosso tempo. É como se o ditado inglês “what you see is what you get”³⁷ fosse elevado ao status de verdade científica. A suposição de que o que existe atualmente deve necessariamente existir é o ácido que corrói tudo, que nos imobiliza, sentenciou Murray Bookchin em uma de suas muitas aparições públicas. O desafio, portanto, que este trabalho oferece ao usar de uma ideia visionária para tratar de um fato tão concreto e que permeia a vida de toda uma sociedade como o meio ambiente e os instrumentos de Políticas Públicas, é apresentar possibilidades, nos apontar para formulações “adiante”: é a mobilização social que pode mudar o mundo rumo a uma sociedade ecológica.

Como possível provocação a reflexão, o renomado antropólogo David Graeber em seu mini manifesto “Contra Políticas Públicas” escreve que:

“A noção de ‘políticas públicas’ pressupõe um Estado ou aparato governamental que impõe sua vontade sobre os outros. ‘Políticas públicas’ é a negação da política; política pública é, por definição, algo concebido por algum tipo de elite, a qual presume saber melhor do que os outros como os assuntos deles devem ser conduzidos (...)”. (GRAEBER, 2011:20)

³⁵ “to carry out an in depth analysis of the way in which society has emerged from Nature, of the continuities and discontinuities that exist between the two, of a Science and a technology which agree with these reflections and, lastly, of an Ethics whose foundations lie both in Nature and Human Rationality”

³⁶ BIEHL, Janet. *Ecology or Catastrophe: The Life of Murray Bookchin*. Oxford University Press, 2015.

³⁷ “O que você vê é o que você tem”.

Conclusões possíveis a partir da leitura sob o prisma da Ecologia Social neste trabalho:

1. Quão desmedido é o peso que o capitalismo imputa ao imperativo econômico em detrimento do socialmente justo e do ambientalmente desejável, e que essa dinâmica não é apenas um “desvio” a ser solucionado com uma ou outra medida pontual, mas sim um ponto basilar para o bom funcionamento do próprio sistema;
2. No que tange ao menos ao campo ambiental, o sistema legislativo brasileiro causa distorções de propósitos absurdos, no sistema que parte do geral (União) para os municípios;
3. Não existe grau zero de ideologia. A ideologia do Desenvolvimento Sustentável, através dos anos, se adequa e nunca se opõe às diversas etapas da economia capitalista;
4. Uma política ecológica consequente só pode existir a partir da base, a fim que evite distorções de interesses como os apresentados neste trabalho. Os conselhos consultivos da estrutura atual, como o CODEMA no caso mineiro, além de limitados em funções e poder de ação, cumprem a função de dar uma aparência decisória mais próxima da sociedade civil organizada;
5. O papel da tecnologia para o meio ambiente deve ser cada vez mais esmiuçado e repensado. Como uma Tecnologia Social poderá suplantar as Tecnologias Convencionais, sob qual contexto.

A guisa de conclusão, Braidotti (et al, 1994: 158) explica que:

“Bookchin ressalta que não há vítimas inocentes; mulheres e homens têm sido implicados nas epistemologias de norma e construções hierárquicas da realidade social. Todos fomos socializados dentro da estrutura hierárquica de pensamento e prática. O que está em jogo é como não reproduzir práticas hierárquicas e dualistas em novos projetos ecológicos e emancipatórios”³⁸.

³⁸ No original: “Bookchin points out that there are no innocent victims; womens and men alike have been implicated in the epistemologies of rule and hierarchical constructions of social reality. All of us have been socialized within hierarchial frameworks of thought and practice. At stake is how not to reproduce hierarchical and dualistic practices in new ecological and emancipatory projects”.

Para Bookchin, um novo mundo não é algo a ser temido e sim algo a se empenhar com o único risco de expandirmos nossas liberdades e a igualdade social.

6 SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

- Pesquisas temáticas sobre experiências práticas ecológicas que avancem para além do Desenvolvimento Sustentável;
- Dentro das possibilidades das Políticas Públicas, estabelecer outros dados econômicos e sociais de comparação com o artigo usado no Estudo de Caso;
- Estudar a nova Constituição de países latinos como Equador e Bolívia (sobretudo o primeiro) que criam um pensamento ambiental que, aparentemente, caminha além do Desenvolvimento Sustentável;
- Estudos sobre o rol de Tecnologias Sociais existentes no Brasil e quais são utilizadas em nossa microrregião;
- Os adeptos da Ecologia Social no mundo estão cada vez mais aderindo às premissas da “Ecologia Popular”, um tipo de pensamento e ação preconizado, por exemplo, pelo MST e a Via Campesina e os demais movimentos sociais indígenas do “Sul Global”. Quais as novidades dessa perspectiva e o que apresenta de novo em relação à Ecologia Social;
- Pesquisas pontuais sobre os diversos incentivos fiscais de ordem ambiental e o real impacto sobre comunidades localizadas.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Michael et all. **Autogestão Hoje: teorias e práticas contemporâneas**. São Paulo: Faísca, 1º Edição, 2004

BARROS, Aidil J. da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Person, 3º edição, 2014.

BELL, V. J; CHEUNG, Yuk-kuen Annie. **Introduction to Sustainable Development - Volume I**. Oxford, UK: Eolss Publisher Co, 2009.

BIEHL, Janet; BOOKCHIN, Murray. “Capitalism, Consensus and Theistic Spirituality”. **Institute For Social Ecology**, s/d. <<http://social-ecology.org/wp/1989/06/capitalism-consensus-and-theistic-spirituality/>>(Acessado em 17/08/2016).

BIEHL, Janet. “Thoughts on Rojava: An Interview With Janet Biehl”. **Truthout Magazine**. <<http://www.truth-out.org/opinion/item/34453-thoughts-on-rojava-an-interview-with-janet-biehl>> (Acessado em 12/09/2016).

_____. “Municipalization of Economy”. **Ecology or Catastrophe**. <<http://www.biehlonbookchin.com/municipalization-economy/>> (Acessado em 20/09/2016).

_____. 21 Theses For The People's Ecology In The Twenty-First Century. **Ecology Or Catastrophe**. <<http://www.biehlonbookchin.com/21-theses-peoples-ecology/>>Acessado em 21/09/2016. 2016.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e Outros Ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

_____. **Los Limites De La Ciudad**. Madri: H. Blume Ediciones, 1974

_____. **Textos Dispersos**. Lisboa: Socius, 1998.

_____. **Sociobiologia ou Ecologia Social?**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1998b.

_____. **Comunalismo: A Dimensão Democrática do Anarquismo**. São Paulo: Index Librorum Prohibitorum, 2002.

_____. **The Philosophy of Social Ecology. Essays on Dialectical Naturalism**. Montreal: Black Rose Books, 1990.

_____. **La Ecologia de la Libertad: la emergencia y la disolución de las jerarquías**. Madrid: Nossa y Jara, 1999.

_____. **Historia, Civilización y Progreso**. Madrid: Nossa y Jara, 1997

_____. “Sociedade, Política e Estado”. Disponível em <http://pt.protopia.at/wiki/Sociedade,_Pol%C3%ADtica_e_Estado> (acessado em 23/10/15)

_____. “Murray Bookchin e o Municipalismo Libertário” (entrevista). **Revista Singularidades**, nº14, Lisboa, novembro, 1999.

_____. “Un Crecimiento Que Nos Mata”. **Revista Comunidad**, n.72/73, Montevideo, 1990.

_____. “Libertarian Municipalism: An Overview”, **Green Perspectives**, no.

24, outubro de 1991. Disponível em

<http://dwardmac.pitzer.edu/Anarchist_Archives/bookchin/gp/perspectives24.html>

(Acessado em 20/08/16).

BOOKCHIN, Murray; BOINO, Paul; ENCKELL, Marianne. **O Bairro, A Comuna, A Cidade... Espaços Libertários**. São Paulo: IEL/Imaginário, 2003.

BRAIDOTTI, Rosi (et al). **Women, the Environment and Sustainable Development: Towards a Theoretical Synthesis**. London: Zed Book, 1994.

BRUNDTLAND, Relatório. **Nosso Futuro Comum**. São Paulo: FGV, 1988.

CAMPOS, L. M. S. SGADA. **Sistema de Gestão e Avaliação de Desempenho Ambiental: Uma Proposta de Implementação**. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

CARVALHO, Isabel C. de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. **Da Ecologia À Autonomia**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CHOMSKY, Noam. **O Lucro Ou As Pessoas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA NETO, J. de Jesus G. da ; SIQUEIRA, L. F. S. ; ROJAS, M. O. A. I. Um diálogo entre a ecologia social, o saber ambiental e a educação ambiental no âmbito do desenvolvimento sustentável. In: **VI Congresso de Meio Ambiente da AUGM**, São Carlos - SP. Anais de Eventos da UFSCar, 2009. v. 5.

DAGNINO, Renato. A relação pesquisa-produção: em busca de um enfoque alternativo. In: SANTOS, L. et al. **Ciência, Tecnologia e Sociedade: o Desafio da Interação**. Londrina: Iapar, 2004.

DOMINGUES, Ivan. **O Intelectual Público, A Ética Republicana e a Fratura do Éthos da Ciência**. São Paulo: Scientia Studia, vol.9 no.3, 2011.

EUCLYDES, Ana Carolina Pinheiro. “Contradições da Política Ambiental Por Meio de Incentivos Financeiros: Os Casos do ICMS Ecológico e da CFEM Nos Municípios do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil)”. **Revista Árvore**, v.37, n.6. Viçosa/MG: 2013.

FERRY, Luc. **A Nova Ordem Ecológica: a árvore, o animal e o homem**. DIFEL, 2009.

FIGUIREDO, Guilherme Gitahy de. **A Guerra É O Espetáculo – Origens e Transformações da Estratégia do Exército Zapatista de Libertação Nacional**. São Carlos: Rima Editora, 2006.

FURTADO, Celso. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª Edição, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1999.

GRAEBER, David. “Why is the world ignoring the revolutionary Kurds in Syria?”. **The Guardian**, 08/10/2014. < <https://www.theguardian.com/commentisfree/2014/oct/08/why-world-ignoring-revolutionary-kurds-syria-isis>> (Acessado em 12/09/16).

_____. **Fragmentos De Uma Antropologia Anarquista**. Porto Alegre: Editora Deriva, 2011.

HARVEY, David. “The Rojava Revolution: Toward Building a Democratic Society”. **The Center For Place and Culture**. < <http://pcp.gc.cuny.edu/events/the-rojava-revolution-toward-building-a-democratic-society-senam-mohamad-and-david-harvey-in-conversation/>> (Acessado em 12/09/2016).

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O’BRIEN, Geoff. “Sustainable Development: Mapping Different Approaches”. Newcastle (ING). **Sustainable Development**, nº13, 38-52, 2005.

INSTITUTO ETHOS. **Mobilizando As Empresas Por Uma Sociedade Mais Justa e Sustentável**. Disponível em <<https://www3.ethos.org.br/conteudo/mobilizando-as-empresas-por-uma-sociedade-justa-e-sustentavel/politicas-publicas/>> (acessado em 18/10/15).

JONG, Alex de. “The New-Old PKK”. Jacobin Magazine. <<https://www.jacobinmag.com/2016/03/pkk-ocalan-kurdistan-isis-murray-bookchin/>> (Acessado em 20/09/2016).

KROPOTKIN, Piotr. “O Governo Representativo”. In: **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: Imaginário, 2005.

LOSADA, R. L.; CASAS CASAS, A. **Enfoques Para el Análisis Político: historia, epistemología y perspectivas de la ciencia política**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2010.

KONDER, Leandro. **O Que É Dialética (1ªed.)**. São Paulo: Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1985.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Gestão Ambiental: Um Enfoque no Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em <http://ambientes.ambientebrasil.com.br/gestao/artigos/gestao_ambiental%3A_um_enfoque_no_desenvolvimento_sustentavel.html> (Acessado em 20/10/15)

- LEME, Taciana Neto. **Os Municípios e a Política Nacional do Meio Ambiente**. In: Planejamento e Políticas Públicas n. 35, jul./dez. 2010. Brasília/DF.
- LUKÁCS, Georg. “Sobre a categoria de a particularidade”. In: -. **Prolegómenos a Uma Estética Marxista**. México: Grijalbo, 1965.
- MCCORD , Peter A. “Divergences on the Left: The Environmentalisms of Rachel Carson and Murray Bookchin”. **Left History**, nº 13.1. Nova Iorque, EUA, 2008.
- MMA. **O Que São Políticas Públicas?** Disponível em <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf> (acessado em 18/10/15).
- MORRIS, David; HESS, Karl. **El Poder del Vecindario: El Nuevo Localismo**. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1978.
- NOVAES, Washington (Coord.); RIBAS, Otto; NOVAES, Pedro da Costa. **AGENDA 21- Bases Para Discussão**. Brasília: MMA/PNUD, 2000.
- ÖCALAN, Abdullah. **Confederalismo Democrático – Outro Mundo És Posible**. Montevideu: Notas de Walter, 2015.
- ODUM, Eugene P. **Ecologia**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.
- ORTIGARA, Claudino. **Políticas Para a Educação Profissional no Brasil: os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a educação integral**. Pouso Alegre: IFSULDEMINAS, 2014.
- PADOVAN, Dario. “Social Morals and Ethics of Nature: from Peter Kropotkin to Murray Bookchin”. **Democracy & Nature – The International Journal Of Inclusive Democracy**, Vol. 5, No 3, Nov., 1999.
- PAULA, Elder Andrade de. **(Des)Envolvimento insustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza**. Rio Branco: Edufac, 2013.
- PIERSON, Donald (org). **Estudos de Ecologia Humana – leituras de sociologia e antropologia social**. SP, Martins, 1970.
- POPPER, Karl. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- ROSZAK, Theodore. "The Obsessive Drive to Dominate the Environment", **San Francisco Chronicle** (May 16/05/1982)
- RUA, M. G. **Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/dieese/projetos/SUPROF/AnalisepoliticaspUBLICAS.PDF>> (Acessado em: 06/09/2016).

SANTOS, C. J. G. **Tipos de Pesquisas**. Disponível em:
<<http://www.oficinadapesquisa.com.br/APOSTILAS/METODOL/_OF.TIPOS_PESQUISA.PDF>> (Acessado em 17/07/16).

SIENA, O. **Método Para Avaliar Desenvolvimento Sustentável**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC). Florianópolis, EPS/UFSC, 2002.

SILVA, A.L. **Da Ecologia Social à Educação Ambiental: as contribuições do pensamento libertário de Murray Bookchin**. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental). Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, 2007.

SOUZA, C. “Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura”. **Sociologias**. Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, jul./dez., 2006.

SOUZA, J.; KANTORSKI, L. P.; LUIS, M. A. V. **Análise Documental e Observação Participante na Pesquisa em Saúde Mental**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, maio/ago. 2011.

SMALL, M. “Murray Bookchin: US Political Thinker Whose Ideas Shaped the Anti-Globalisation Movement”. **The Guardian**, 8 de agosto de 2006. Disponível em
<<http://www.guardian.co.uk/news/2006/aug/08/guardianobituaries.usa>> (Acessado em 18/09/15).

TIETENBERG, T. **Economia de Recursos Ambiental e Natural**.
<www.colby.edu/personal/thtieten/> (Acessado em 08/10/2015).

TRUJILLO-ORTEGA, Laura Elena. “Ecologia Política Del Desarrollo Sostenible”. In: BALESTRO, Moisés V.; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os Desafios da Transição Agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2013

VAN PARIJIS, Phillipe; DE ROOSE, Frank (orgs.). **Pensamento Ecológico**. São Paulo: Imaginário, 1997.

VEIGA, José Eli da. “A insustentável utopia do desenvolvimento”. in: LAVINAS, Lena, Liana M.F. Carleial, Maria Regina Nabuco (orgs) **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. S.Paulo: ANPUR-HUCITEC, pp.149-169,1993.

VEYRET, Yvette (org.). **Dicionário do Meio Ambiente**. São Paulo: SENAC, 2012.

WHITE, Damian F. **Bookchin – A Critical Appraisal**. New York, Pluto Press, 2008.

WHITE, Damian F. “Murray Bookchin’s New Life”. **Jacobin Magazine**.
<<https://www.jacobinmag.com/2016/07/murray-bookchin-ecology-kurdistan-pkk-rojava-technology-environmentalism-anarchy/>> (Acessado em 19/09/2016).

WOLFF, Simone. **Legislação Ambiental Brasileira: grau de adequação à Convenção Sobre Biodiversidade Biológica**. Brasília: MMA, 2000.

ENZINNA, Wes. "A Dream of Secular Utopia in ISIS' Backyard". Financial Times. New York Times. <<http://www.nytimes.com/2015/11/29/magazine/a-dream-of-utopia-in-hell.html? r=0>> (Acessado em 16/09/2016).

ROSS, Carmen. "Power to the people: a Syrian experiment in democracy". Financial Times. <<https://www.ft.com/content/50102294-77fd-11e5-a95a-27d368e1ddf7>> (Acessado em 16/09/2016).

The World Conservation Strategy (IUCN,1980).